

Jornal do Psicólogo

ano 26 ■ número 96 ■ março a junho de 2010



Nu descendant un escalier n° 2, 1912-6. Marcel Duchamp (Nu descendo uma escada n° 2) - Filadélfia, Museum of Art Aquarela, tinta, lápis e pastel sobre papel fotográfico, 147 x 89 cm

A obra é contrária ao movimento de sua época, o cubismo analítico, recusando seu caráter estático e dando novos rumos à história da arte. Criticando o tema homem x máquina, Duchamp contesta a cultura da sociedade moderna.

IV Conferência Estadual de Saúde Mental e atividades do "18 de maio" são tratados no Especial desta edição

VII COREP: empenho da categoria, avaliação dos trabalhos e conferência de José Leon Crochík são abordados no encarte

CIÊNCIA

O fim dos manicômios e a criação de mini-manicômios travestidos: notas sobre o flanco frágil da luta antimanicomial. • PÁG. 05.

FORMAÇÃO

Criação de cursos de Psicologia aumentou substancialmente em Minas Gerais nos últimos nove anos. • PÁG. 06.

COMPROMISSO SOCIAL

Movimento LGBT soma parcerias: Jequitinhonha torna-se referência no Vale. • PÁG. 07.

PROFISSÃO

CREPOP reúne informações sobre o trabalho dos psicólogos do CRAS. • PÁG. 11.

ARTIGO

A busca pela verdade em casos de acusação de abuso sexual infantil. • PÁG. 14.

EDITORIAL

O XII Plenário do Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais gostaria de compartilhar com todos os psicólogos(as) do Estado os avanços e os desafios presentes nesta jornada à frente do CRP-MG.

Desde o final de 2007 até julho de 2010, o atual Plenário vem desenvolvendo projetos e ações que buscam o fortalecimento da Psicologia enquanto ciência e profissão e cuja interface com os direitos humanos indique o nosso compromisso com a promoção de direitos e uma sociedade inclusiva.

Nesta caminhada, o XII Plenário instituiu, em 2009, a Gestão por Projetos. Tal gestão cumpre o objetivo de ordenar, organizar e democratizar a distribuição dos apoios financeiros às instituições, associações e grupos de psicólogos(as) comprometidos com o desenvolvimento da Psicologia, bem como aos movimentos sociais organizados e compromissados com a inclusão social e os direitos humanos.

A Gestão por Projetos é realizada por meio de Edital de Chamada Pública, permitindo que todos os psicólogos(as) e movimentos sociais tenham acesso aos recursos do CRP-MG de forma democrática, transparente e sem privilégios, garantindo os princípios da moralidade e da impessoalidade que devem nortear as ações da gestão de uma entidade pública. Tal projeto de gestão amplia a participação de todos os psicólogos mineiros, democratizando o orçamento, preservando a diversidade da Psicologia e das práticas psicológicas, bem como as características e a importância da Psicologia em todo o Estado: Região Central; Região Sudeste; Triângulo Mineiro; Região Norte; Região Sul; Região Leste; Região Oeste; diversas localidades que hoje tem acesso aos serviços do CRP-MG e a possibilidade de realização de eventos, grupos de trabalho e movimentos que fortalecem a Psicologia em Minas e a profissão de psicólogo(a).

As comissões de Orientação e Fiscalização e Ética ampliaram suas ações e seu alcance. Hoje a prestação de serviços do Conselho Regional de Psicologia à categoria e à sociedade, visando a qualificação do exercício profissional, atinge todo o Estado de Minas Gerais. Foram feitos investimentos, realização de concurso público e formação continuada da equipe técnica do CRP-MG.

As ações do Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) foram ampliadas. A produção de referências técnicas a partir do CREPOP é feita hoje por grupos focais em todo o Estado, aproximando o

CRP-MG da categoria e do fazer dos psicólogos(as). Como exemplo, foram realizados nove grupos focais sobre o trabalho dos psicólogos(as) no CRAS/SUAS em BH e em outras sete cidades do Estado. Destacam-se, ainda, o aumento do corpo técnico funcional responsável pelo CREPOP e a construção de uma análise mais aprofundada sobre a realidade da Psicologia em Minas.

Os diversos movimentos sociais em defesa da cidadania foram mantidos e fortalecidos. O CRP-MG apoiou o Dia Nacional da Luta Antimanicomial, "18 de maio", em toda Minas Gerais. Belo Horizonte, Betim, Juiz de Fora, Triângulo, Norte de Minas, diversos municípios e regiões receberam o apoio do Conselho, ampliando a luta por uma sociedade sem manicômios. O CRP-MG ainda deu suporte, no "18 de maio", ao Dia Nacional de Luta contra o Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes em várias cidades do Estado.

Diversos eventos de promoção da Psicologia enquanto ciência e profissão comprometida com uma sociedade de direitos foram realizados ao longo desta gestão. Pesquisas, várias publicações e ações que buscam a valorização da Psicologia e do trabalho do psicólogo(a). Assim, construímos o VII Congresso Regional da Psicologia (VII COREP), com a maior parti-

cipação de psicólogos de todo o Estado. Dessa forma, representamos Minas Gerais no VII Congresso Nacional da Psicologia (VII CNP), defendendo o aperfeiçoamento democrático do Sistema Conselhos de Psicologia, os diálogos com o Estado e com a Sociedade, bem como a qualificação das referências para o exercício profissional.

Os projetos de uma gestão séria e comprometida com a Psicologia, a profissão e a sociedade devem contemplar a diversidade, a pluralidade, a ética, o aperfeiçoamento democrático e a produção permanente de referências para o fazer do psicólogo(a).

Nessa caminhada, e em conformidade com o crescimento da Psicologia em Minas Gerais, o XII Plenário informa que foi aprovada a criação da Subseleção Centro-Oeste, em Divinópolis, atendendo a uma demanda histórica da categoria e da sociedade, em uma região que conta hoje com quase mil psicólogos(as).

A Psicologia, os psicólogos(as) mineiros e a sociedade representam a razão de ser do Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais. Afirmamos nosso compromisso com uma gestão ética, participativa, produtiva e responsável, capaz de promover a ciência, a profissão e a cidadania.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE MINAS GERAIS (CRP-MG)

SEDE

R. Timbiras, 1532, 6º andar • Lourdes
CEP: 30140-061 • Belo Horizonte/MG
Tel:(31) 2138.6767 / Fax: 2138.6763
E-mail: crp04@crp04.org.br
Site: www.crpmg.org.br

SUBSEDES

Triângulo Mineiro • Uberlândia
Telefone: (34) 3235.6765
E-mail: uberlandia@crp04.org.br

Sudeste • Juiz de Fora
Telefone: (32) 3215.9014
E-mail: sudeste@crp04.org.br

Sul • Pouso Alegre
Telefone: (35) 3423.8382
E-mail: sul@crp04.org.br

Norte • Montes Claros
Telefone: (38) 3221.7720
E-mail: norte@crp04.org.br

Leste • Governador Valadares
Telefone: (33) 3225.0475
E-mail: leste@crp04.org.br

JORNAL DO PSICÓLOGO

Informativo do Conselho Regional de
Psicologia Minas Gerais (CRP-MG)

Diretoria:

Conselheiro-presidente:
Rogério de Oliveira Silva

Conselheiro vice-presidente:

Rodrigo Tôres Oliveira

Conselheiro-tesoureiro:

Adilson Rodrigues Coelho

Conselheira-secretária:

Georgina Maria Vêras Motta

Conselheiros:

Alexandre Rocha Araújo

Ana Clarice Augusto

Ângela Maria Guimarães Oliveira

Anselmo Duarte

Clerison Stelvio Garcia

Diana Ferreira

Dinacarla Gonzaga Piermatei

Elaine Maria do Carmo Zanolla

Fuad Kyrillos Neto

Hélcia Maria da Silva Veriato

Teixeira

Isabela Tannus Grama

Jaciara Siqueira Coelho

João Carlos Vale

Julliana de Paula Medeiros

Lourdes Aparecida Machado

Marcelo Arinos Drummond Junior
Maria Mercedes Merry Brito
Rejane Silveira Mendes
Rodrigo Dubtchek Figueiredo
Sebastião Carlos Generoso
Simone Monteiro Ribeiro
Walkyria Sales

Edição Gráfica:

Gíria Design e Comunicação
Telefax: (31) 3222.1829
contato@giria.com.br

Jornalista Responsável:

Lidyane Ponciano - MG 09063 JP

Relações Públicas:

Nathalia Monteiro • CRPRP 3º
Região - 2154

Comissão Editorial:

Lidyane Ponciano
Rodrigo Tôres Oliveira
Estagiários:
Daniele Benunes
(Relações Públicas)
Diego Moreira
(Publicidade e Propaganda)
Marcos de Castro (Jornalismo)
E-mail: comunica2@crp04.org.br

Tragem: 24 mil exemplares

Impressão: Editora Orion Ltda

CARTAS À REDAÇÃO

Gostaria de divulgar o blog que fiz. Nele tenho trabalhado um assunto espinhoso para os psicólogos: o piso salarial. Venho reunindo informações sobre temas: projetos de lei, posição das entidades coletivas da Psicologia e iniciativas individuais de manifestação e negociação.

O endereço é: <http://piso salarial dos psicologos.blogspot.com/>

Atenciosamente,

Vinicius Mendes Ribeiro • Manhumirim (MG)

Gostaria de agradecer a oportunidade de divulgar o consultório no site do CRP-MG e informar que por meio deste veículo consegui uma pessoa para dividir meu consultório.

Muito obrigada.

Daniella Furtado Duque

Belo Horizonte (MG)

Gostaria de parabenizá-los pela organização do evento do VII Congresso Regional da Psicologia (VII COREP). Todos os temas foram debatidos com qualidade, organização impecável, local extremamente agradável.

Obrigada.

Paula Alves Queiroz

Patos de Minas (MG)

SEU CONSELHO

DUAS CHAPAS INSCRITAS PARA AS ELEIÇÕES DO XIII PLENÁRIO DO CRP-04

A Comissão Regional Eleitoral 2010 informa que o Conselho Regional de Psicologia – 4ª Região (CRP-04) prepara-se para as Eleições 2010, que ocorrerão no dia 27 de agosto. As eleições serão presenciais para os psicólogos residentes em BH/Contagem; Governador Valadares, Juiz de Fora, Montes Claros, Pouso Alegre e Uberlândia. Nas demais cidades de Minas Gerais os votos serão por correspondência. As cédulas serão enviadas em tempo, com postagem pré-paga, para facilitar a participação de todos. Foram acolhidas as inscrições de duas chapas: “Caminhar Psi: ciência, profissão e direitos humanos” e “Pra cuidar da profissão Minas Gerais”.

CHAPA “CAMINHAR PSI: CIÊNCIA, PROFISSÃO E DIREITOS HUMANOS”

Candidatos efetivos: Agderalda Alice de Faria Leite (CRP-04/13133), Alessandra Bustamante (CRP-04/12565), Alexandre Rocha Araújo — Cabeça de Chapa — (CRP-04/13896), Ângela Maria Oliveira Guimarães (CRP-04/19180), Camila Teixeira Heleno (CRP-04/22534), Clerison Stelvio Garcia (CRP-04/22681), Eliana Márcia Martins Fitipaldi Torga (CRP-04/6243), Elisângela de Souza (CRP-04/26423), Frederico Viana Machado (CRP-04/26896), Hércia Maria da Silva Veriato Teixeira (CRP-04/17076), Jacqueline Simone de Almeida Machado (CRP-04/15868), José Carlos Meireles de Souza (CRP-04/31059), Julliana de Paula Medeiros (CRP-04/26005), Maria Mercedes Merry Brito (CRP-04/4808), Rodrigo Dubtchek de Figueiredo (CRP-04/11335).

Candidatos suplentes: Adriana Aparecida Faria Neves Martins (CRP-04/12258), Aline Guimarães Benfica (CRP-04/21246), Carla Andréa Ribeiro (CRP-04/17713), Cássia Araújo Sol (CRP-04/6399), César Rota Júnior (CRP-04/20873), Denise Salim (CRP-04/1381), Diana Lopes Alves (CRP-04/29872), Edson Alves Cunha (CRP-04/27637), Eser Têcio Pacheco (CRP-04/14418), Letícia Maria de Castro Greco Rodrigues (CRP-04/19259), Manoel Deusdedit Junior (CRP-04/17992), Maria da Glória Silva Rabelo Cardoso (CRP-04/10184), Renato Silva dos Santos (CRP-04/20240), Rodrigo Otávio Fonseca (CRP-04/21926), Rosemary Carrusca Vieira (CRP-04/1538).

CHAPA “PRA CUIDAR DA PROFISSÃO MINAS GERAIS”

Candidatos efetivos: Alcina Mendes Brito (CRP-04/20631), Amaury Costa Inacio da Silva (CRP-04/9285), Carlos Roberto Sicoli (CRP-04/0518), Cristiane Saude Barreto Napoli (CRP-04/10878), Júnia Maria Campos Lara — Cabeça de Chapa — (CRP-04/3098), Lourdes Aparecida Machado (CRP-04/7090), Marcus Macedo da Silva (CRP-04/21019), Maria de Fátima Lobo Boschi (CRP-04/13381), Marisa Estela Sanabria Tejera (CRP-04/5350), Martha Elizabeth de Souza (CRP-04/3755), Milton dos Santos Bicalho (CRP-04/3603), Patrícia Rachid Nacif de Ávila (CRP-04/11763), Ricardo Figueiredo Moretzsohn (CRP-04/2030), Rita Maria Auxiliadora Mendes (CRP-04/2087), Vera Luiza Bartels Fernandes (CRP-04/7070).

Candidatos suplentes: André Amorim Martins (CRP-04/28694), Anna Cristhina da Cunha Martins Pinheiro (CRP-04/15640), Ataulpa Maciel Sampaio (CRP-04/14350), Celso Renato Silva (CRP-04/26786), Elizabeth de Lacerda Barbosa (CRP-04/7882), Jacques Ackerman (CRP-04/5482), Márcia Maria Rodrigues Ribeiro (CRP-04/10048), Maria da Conceição Novaes Caldas (CRP-04/5010), Maria Gabriela de Almeida Castilho (CRP-04/25033), Maria Teresa Antunes Albergaria (CRP-04/3774), Paula Ângela de Figueiredo e Paula (CRP-04/9650), Renata Ferreira Jardim de Miranda (CRP-04/20397), Ricardo Ribeiro de Oliveira Resende (CRP-04/1943), Robson José da Silva Campos (CRP-04/12607), Tiago Humberto Rodrigues Rocha (CRP-04/23502).

Para obter mais informações sobre as chapas, acesse: <www.crpmg.gov.br>

V PSICOLOGIA NAS GERAIS

O “V Psicologia nas Gerais - Psicologia e Políticas Públicas: Proposições” será realizado em agosto pelo Escritório Central e subsedes. Acompanhe o site do CRP-MG para obter mais informações.

COF

AValiação Psicológica EM CONCURSOS PÚBLICOS E PROCESSOS SELETIVOS

Em 2002 o Conselho Federal de Psicologia (CFP) expediu a Resolução nº 01/2002, que regulamenta a avaliação psicológica em concursos públicos e processos seletivos da mesma natureza. Neste tipo de serviço têm aumentado o número de recursos dos candidatos e os pedidos de orientação ao CRP-MG.

Consta na resolução que o edital deverá conter informações sobre a avaliação psicológica a ser realizada, bem como os critérios desta. A publicação do resultado deverá ser feita por meio de relação nominal, constando os candidatos indicados. Somente ao candidato é facultado conhecer o conteúdo dos resultados, por meio de entrevista devolutiva.

A resolução prevê a possibilidade de recurso à instância competente, no qual o candidato poderá ser assessorado por psicólogo que fundamentará o pedido de revisão do processo de avaliação com base nas provas realizadas. Assim, o psicólogo assessor não deverá realizar nova avaliação psicológica, mas sim rever o processo para verificar se o mesmo ocorreu de forma adequada.

Existe, ainda, a possibilidade de o candidato, após a negativa do recurso apresentado, recorrer à justiça, podendo resultar em outra revisão por um perito — psicólogo nomeado pelo juiz. Nesse ponto vale atentar à orientação do CRP-MG quanto à atuação do perito e do assistente técnico, disponível no site: <www.crpmg.org.br>, item “Orientação e fiscalização”.

Ressalta-se, por fim, que a Resolução CFP nº 01/2002 serve como referência para orientar processos de recrutamento e seleção de empresas privadas nos quais se utilize a avaliação psicológica.

Consulte a resolução na íntegra no site: <www.pol.org.br>.

Ampliando as possibilidades de participação: a gestão de recursos por projeto

A Associação Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte (AMAS), fundada há 30 anos, trabalha na garantia dos direitos da criança e do adolescente, desenvolvendo uma série de trabalhos nas áreas de cultura, esportes, formação, trabalho protegido, atendimento psicossocial e jurídico. Desde 2005, a AMAS trabalha a temática do enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes junto à rede de atendimento do município. O Programa de Ações Integradas e Referenciais no Enfrentamento à Violência Sexual Infantojuvenil (PAIR) desenvolve várias atividades de formação da rede de atendimento, visando melhorar a qualidade do serviço prestado às crianças e adolescentes vítimas de violência; sensibilização dos serviços para a temática da violência, a necessidade de notificar os casos de violência contra crianças e adolescentes e as formas de identificação das violências; e a mobilização da sociedade em geral, informando a importância que todos os cidadãos tem na garantia dos direitos de crianças e adolescentes.

Para realizar todas estas ações o PAIR conta com uma comissão operativa local, na qual estão presentes os parceiros dos diversos segmentos da sociedade (os poderes Legislativo e Judiciário, a sociedade civil organizada, o Poder Executivo em suas diversas temáticas: saúde, educação, assistência, esportes, direitos e cidadania etc.). Dentre estes parceiros se encontram também os conselhos profissionais e, com merecido destaque, o Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais (CRP-MG).

Como parte de uma atuação voltada para a construção de um projeto político que contemple a garantia dos Direitos Humanos de toda a população e que oriente para uma prática profissional centrada nos princípios da ética, o CRP-MG vem adotando a Gestão por Projetos para a distribuição dos recursos financeiros destinados a apoiar as atividades que serão realizadas pelos diversos parceiros do Conselho durante o ano, e nas mais diversas temáticas. Levado a conhecimento público na forma de "editais de chamada pública" a Gestão por Projetos permite que Conselho utilize os recursos disponíveis de uma maneira mais eficiente, eficaz, transparente e democrática. Eficiente pois a construção antecipada dos planos de trabalho (com cronogramas físico-financeiros) permite uma visualização mais concreta da possibilidade que o projeto apresentado tem de produzir um efeito real, de alcançar seus objetivos dentro do prazo e com os recursos previstos.

Eficaz pois permite que os recursos do CRP-MG

(que são também recursos públicos) sejam utilizados para desenvolver, consolidar e valorizar a Psicologia e a classe dos psicólogos junto à sociedade, objetivos do Conselho quando apoia as ações dos seus diversos parceiros. É importante lembrar que o Conselho não tem como função a implantação de políticas públicas ou o financiamento de movimentos sociais, e quando desenvolve ações em parcerias com os mesmos visa a consolidação e valorização da Psicologia junto a estes espaços.

Transparente pois permite que todos os parceiros do Conselho (e em última instância, que toda a sociedade) tenham acesso às informações de como foram gastos os recursos disponibilizados, e quais eventos vem sendo realizados em parceria com o CRP-MG.

Democrática pois permite que todos os parceiros tenham acesso igual aos recursos disponibilizados, uma vez que os convênios são celebrados levando em conta a qualidade dos projetos apresentados, e não a instituição que está apresentado o mesmo. Além disso a disponibilização do edital na internet, e a divulgação do mesmo pelos meios eletrônicos dos quais o Conselho se vale para comunicar com seus parceiros, faz com que o acesso a informação também seja ampliado, permitindo que um número maior de entidades possa se habilitar.

Em 2009, a AMAS inscreveu um projeto para a realização de um seminário, com o objetivo de discutir novas temáticas de relevância ao atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. O seminário "Novos Diálogos no Enfrentamento à Violência Sexual" trouxe profissionais da área da Psicologia, do Direito e da Assistência Social para debaterem o Projeto de Lei "Depoimento sem Danos". Em dois dias, mais de 100 profissionais debateram a contribuição da Psicologia para a escuta de crianças e adolescentes nos processos judiciais, e a interface com os outros campos de saber. Este espaço de discussão só foi possível com o apoio do CRP-MG, por meio da aprovação do projeto no edital de 2009. Desta forma a AMAS e todos os parceiros do PAIR apoiam e parabenizam a iniciativa do CRP-MG de gerir seus recursos por meio da Gestão por Projetos, contribuindo para a construção de espaços públicos cada vez mais democráticos e participativos.

Célia Carvalho Nahas e Roseane Figueiredo Linhares são psicólogas e trabalham na Equipe de Assessoria Executiva do PAIR-BH na AMAS.

COE

ORIENTAÇÃO SEXUAL

Desde 1997, quando foram criadas as Comissões Permanentes de Direitos Humanos no âmbito do Sistema Conselhos, diversas dúvidas ligadas a orientação sexual chegam à COE sob várias formas. Partindo desse ponto, são realizadas discussões e apresentadas propostas de ações efetivas para respondermos a tais questões. Um exemplo de ação proposta pelo Sistema Conselhos foi a publicação, em março de 1999, da Resolução nº 01/99, depois de uma longa discussão sobre a falta de referências para a atuação profissional que afirmassem que a homossexualidade não deveria ser considerada doença.

Esta resolução estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à orientação sexual, considerando que a forma como cada um vive faz parte da identidade do sujeito, que deve ser compreendida na sua totalidade e não limitada apenas a sua orientação sexual.

Tal resolução estabelece ainda que o profissional psicólogo deve contribuir, com o seu conhecimento, para uma reflexão sobre o preconceito e o desaparecimento de discriminações contra os que apresentam comportamentos ou práticas homoeróticas.

A partir da publicação da Resolução nº 01/99, o psicólogo fica proibido de exercer ações que favoreçam a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas e de colaborar com eventos ou serviços que proponham tratamento e cura da homossexualidade.

Isso não significa que o psicólogo deva recusar atendimento a quem o procure em busca de ajuda. O que não deve acontecer é a promessa de cura, pois a homossexualidade não é e nem deve ser considerada doença. O que deve ser trabalhada é a redução do sofrimento psíquico advindo de questões ligadas à orientação sexual.

Lembramos que o código de ética profissional — assim como as demais resoluções editadas pelo CFP — não é estático ou impositivo, e principalmente não quer definir comportamentos. O código de ética e as resoluções propõem diretrizes que permitem uma reflexão dinâmica a respeito de como o psicólogo deve guiar as suas ações.

O fim dos manicômios e a criação de mini-manicômios travestidos: notas sobre o flanco frágil da luta antimanicomial

Christiano Mendes de Lima • Psicólogo. Psicanalista. Coordenador Municipal de Saúde Mental de Uberlândia (MG).

A Lei Federal nº 10.216, de 6 de abril de 2001, constitui, inequivocamente, um grande avanço para a assistência às pessoas em sofrimento psíquico grave: materializa os princípios da luta antimanicomial e da reforma psiquiátrica, e procura garantir um tratamento humanizado e baseado no agenciamento de recursos comunitários para o cuidado da pessoa em sofrimento.

Segundo esta lei, as internações só podem ser realizadas quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes. Ainda assim, as internações não podem ser feitas em instituições com características asilares. Na legislação, só é possível a internação involuntária de uma pessoa em sofrimento mental grave em uma *estrutura hospitalar de características não asilares*, após avaliação psiquiátrica que justifique este procedimento.

O estabelecimento hospitalar que realizar a internação involuntária deve comunicá-la em no máximo 2 horas ao Ministério Público Estadual. Este, juntamente com as autoridades sanitárias locais, deve nomear uma comissão para avaliar se a internação involuntária foi necessária ou se pode ser caracterizado procedimento arbitrário e manicomial. Se for este o caso, o estabelecimento que realizou a internação deve imediatamente suspendê-la, podendo vir a ser processado por ter privado desnecessariamente uma pessoa de seus direitos constitucionais.

As internações voluntárias ou involuntárias não devem ultrapassar 45 dias. Assim, a Lei Federal nº 10.216 e as várias leis estaduais, decretos e portarias ministeriais que constituem a sustentação legal para a assistência antimanicomial às pessoas em grave sofrimento mental promoveram a desmontagem dos manicômios e a regulação das internações ditas psiquiátricas. A porta de entrada para os desmandos e a violência característicos das formas asilares foi fechada, e assim deve continuar.

No entanto, parece-nos que a luta antimanicomial permanece com um flanco frágil, bastante explorado pelos agentes da contrarreforma psiquiátrica: a assistência às pessoas com transtornos mentais decorrentes do uso e abuso de álcool e outras

drogas. Há mais de 40 anos, a assistência aos chamados “dependentes químicos” e suas famílias ficou a cargo de instituições de caráter religioso e filantrópico (comunidades terapêuticas) e de grupos de autoajuda como os Alcoólicos Anônimos (AA) e os Narcóticos Anônimos (NA) que prestaram serviços importantes. Enquanto isso, o poder público se ausentou do cuidado e da assistência.

“(...) parece-nos que a luta antimanicomial permanece com um flanco frágil, bastante explorado pelos agentes da contrarreforma psiquiátrica (...)”

“(...) nenhum familiar pode autorizar a internação contra a vontade em comunidades terapêuticas (...)”

Durante este tempo, as pessoas com transtornos mentais decorrentes do uso e do abuso de álcool e outras drogas e seus familiares só tinham como alternativa de assistência a internação em estruturas manicomiais, as comunidades terapêuticas e os grupos de autoajuda. Podemos considerar que só em 2004, por meio do Ministério da Saúde, foi estabelecida no Brasil uma política pública consistente para a atenção integral a usuários de álcool e outras drogas. A ausência de políticas públicas consistentes para o cuidado de pessoas com problemas decorrentes do uso e do abuso de álcool e outras drogas, conjugada com a *desmontagem necessária* das instituições asilares a partir da Lei Federal nº 10.216, fez proliferar estabelecimentos que, travestidos de comunidades terapêuticas, começaram a explorar o desespero dos familiares de “dependentes químicos”, oferecendo um suposto tratamento voluntário ou in-

voluntário que se estende no geral de seis meses a um ano. É fácil reconhecer nesta montagem a lógica manicomial, que retorna, de modo pulverizado, em inúmeros estabelecimentos que se constituem como verdadeiras empresas de exploração do sofrimento alheio.

Em Uberlândia (MG), desde o primeiro semestre de 2010, o Ministério Público Estadual, a Coordenação Municipal de Saúde Mental, a Vigilância Sanitária do Município, a Polícia Militar e a Polícia Civil investigam, fiscalizam e fecham várias comunidades terapêuticas que desobedecem a RDC nº 101 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), de 30 de maio de 2001, principalmente fazendo internações involuntárias com uso pesado de neurolépticos para contenção química, maus-tratos e, em uma delas, tortura.

A Coordenação Municipal de Saúde Mental e o Ministério Público Estadual divulgaram um alerta aos familiares, no qual esclarecem a ilegalidade da existência e da prática de internações involuntárias em comunidades terapêuticas e em supostas clínicas de contenção. No alerta é informado que a prática constitui crime de sequestro e de cárcere privado, e salientado que nenhum familiar pode autorizar a internação contra a vontade em comunidades terapêuticas, pois ninguém pode autorizar a realização de um crime. Consta, ainda, que, caso a pessoa apresente estado de intoxicação aguda por álcool ou outras drogas e, em decorrência disto, esteja em risco ou represente perigo para si ou para os outros, esta pode ser contida em estrutura hospitalar durante o período em que tal risco estiver caracterizado. Informa, por fim, que a família desconfie caso a comunidade terapêutica procure invalidar a fala do interno a partir do argumento de que “drogados” dizem mentiras e são manipuladores.

Portanto, é preciso conscientizar a sociedade acerca do absurdo que é estes mini-manicômios travestidos. Cabe aos profissionais de saúde e a nós, psicólogos, a luta contra os já conhecidos abusos e violências operados pelas estruturas asilares e pela lógica manicomial.

Criação de cursos de Psicologia aumentou substancialmente em Minas Gerais nos últimos nove anos

A qualidade do ensino e a proximidade da formação com a realidade da atuação profissional são questões de fundamental importância para o Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais (CRP-MG). O Conselho acredita que apenas o ensino qualificado, aliado as boas práticas profissionais, pode garantir a valorização da Psicologia enquanto ciência e profissão.

Conforme dados extraídos do *site* do Ministério da Educação (MEC), na década de 1970 foram criados cinco cursos de Psicologia no Estado, dois na década de 1980 e quatro na década de 1990, ou seja, aproximadamente quatro cursos por década. De 2000 a 2009, 34 novos cursos foram criados. Com base nesses dados é possível verificar que nos últimos nove anos houve um aumento bastante significativo da criação de novos cursos de Psicologia, lembrando que todos eles foram autorizados pelo MEC. Desses 34 novos cursos, 17 são de instituições privadas e os outros 17 de fundações ou associações sem fins lucrativos.

Para se ter uma análise acadêmica desse aumento substancial no número de cursos, o *Journal do Psicólogo* entrevistou a coordenadora do Programa de Pós-graduação em Psicologia da PUC Minas, Jacqueline Oliveira Moreira, e a chefe do Departamento de Psicologia da UFMG, Izabel Christina Friche Passos. Segundo Izabel, o efeito mais evidente e imediato do aumento de cursos de Psicologia é o crescente número de profissionais formados que não exercem a profissão. “Disto decorre uma concorrência absurda em concursos públicos, gerando uma verdadeira indústria de cursinhos preparatórios e empresas especializadas na realização de concursos massificados”. Em sua opinião, a outra consequência mais preocupante é o rebaixamento visam o lucro imediato ou a curto prazo. E polemiza: “acredito que a formação deva ser oferecida prioritariamente pelas universidades públicas, por aquelas sem fins lucrativos e excepcionalmente pela iniciativa privada, quando se tratar de uma inovação tecnológica, por exemplo”.

A chefe do Departamento de Psicologia da UFMG avalia, contudo, que os cursos superiores pagos suprem uma demanda de formação, atendendo a uma gama maior da população. Porém “as instituições particulares são muito onerosas para os alunos e pouco eficazes do ponto de vista da competição no merca-

do de trabalho”, critica.

A coordenadora do Programa de Pós-graduação em Psicologia da PUC Minas, Jacqueline Oliveira Moreira, concorda com Izabel e diz que não sabe como o mercado faz para absorver o número de profissionais formados a cada ano. “Não tenho uma informação científica sobre as consequências oriundas do aumento de cursos de Psicologia, mas é evidente que vivemos um aumento de número de psicólogos e não sei se as ofertas de trabalho correspondem ao aumento de profissionais”, problematiza.

FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA E EXERCÍCIO PROFISSIONAL

Para Jacqueline e Izabel, infelizmente há um distanciamento entre a formação e o exercício profissional em várias áreas do conhecimento. A coordenadora da PUC Minas acredita que esse distanciamento é inevitável, porque o campo da teoria não consegue e não pretende apreender toda a riqueza da vivência concreta e cotidiana do profissional. “Mas, é preciso ter sensibilidade e abertura para entender as mudanças no campo profissional. As graduações não podem pautar seus projetos de formação no mercado de trabalho, mesmo porque é necessário exercer a crítica construtiva em relação à profissão”. Segundo Jacqueline, é preciso ressaltar as teorias e conceitos clássicos que possibilitam leituras da realidade. “Contudo, as graduações não podem se fechar em seus esquemas e esquecer as demandas sociais. Faz-se necessário a abertura para o diálogo. Devemos sustentar algumas posições e rever outras”, alerta.

ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

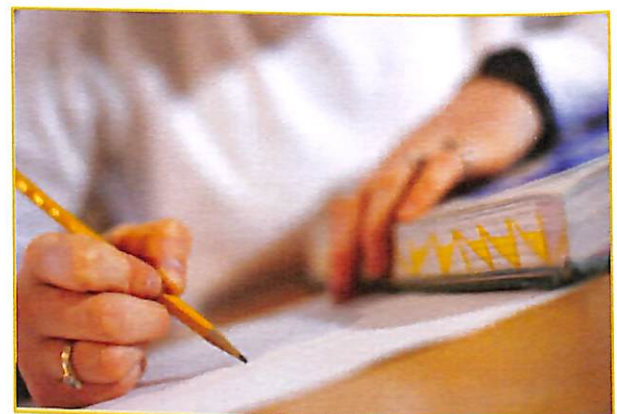
A coordenadora da Pós-graduação em Psicologia da PUC Minas explica que algumas escolas se organizaram para responder as diretrizes curriculares e, assim, criar mais uma ênfase para a livre escolha do aluno. “No entanto, creio que a ideia de ênfase antecipa a especialização e não sustenta uma formação generalista. Desconheço as consequências da criação de ênfase no exercício da profissão para além da ‘corrida’ pela especialização”, analisa. Jacqueline diz não ter conhecimento sobre a realidade das novas es-

colas, mas pondera: “uma formação sólida precisa oferecer espaços de pesquisa, extensão e ensino. O espaço da pesquisa é o mais comprometido, porque requer um investimento que tem retorno em longo prazo”.

Para a chefe do Departamento de Psicologia da UFMG, os cursos de Psicologia ainda não se adequaram, em termos de conteúdo e de atividades de ensino, pesquisa e extensão. “Pelo menos não de uma maneira mais planejada e integrada, para atender às novas demandas e aos muitos desafios que a atuação profissional nessas áreas impõe”, acentua.

Quanto às novas diretrizes curriculares, Izabel explica que os alunos têm de escolher uma ênfase, pois dificilmente um curso tem condições de oferecer mais de uma ao mesmo tempo para todos discentes. Ela argumenta que para dar mais opções seria preciso aumentar o contingente de professores. “O que temos visto nas universidades públicas é uma redução preocupante do quadro docente por falta de vagas para novas contratações”, expõe. Para ela, essa realidade fez com que a formação perdesse em qualidade em termos de formação generalista ao ganhar em especialização.

Izabel conta que a forma encontrada pela UFMG para minorar este problema foi oferecer um leque bem mais amplo de disciplinas optativas que sirvam ao mesmo tempo a mais de uma ênfase, tornando o limite entre ênfases menos rígido. “Também será permitido aos alunos fazer disciplinas em outros cursos da universidade e realizar atividades extra classe com direito a créditos curriculares para complementar sua formação. É o que chamamos de flexibilização do currículo, permitindo assim maior interdisciplinaridade na formação básica”.



Movimento LGBT soma parcerias: Jequitinhonha torna-se referência no Vale

No município de Jequitinhonha, com aproximadamente 25 mil habitantes, há abertura para os diálogos referentes às questões pertinentes a lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros. Esse contexto favorável é facilitado pelo apoio da Secretaria Municipal de Educação. Na cidade destaca-se o fato de duas travestis estarem inseridas no campo educacional, ensinando crianças, sem que isso gere rejeição ou descontentamento da população. Outros parceiros reforçam a causa: a Federação das Entidades Culturais e Artísticas do Vale do Jequitinhonha (Fecaje), o Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais (CRP-MG), o Programa Polo de Integração da UFMG no Vale do Jequitinhonha, o Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT (NUH-UFMG) e autoridades locais. Estes parceiros realizaram o seminário *Direitos e Cidadania* LGBT, na Câmara de Vereadores de Jequitinhonha, nos dias 6 e 7 de novembro de 2009. O encontro contou com a presença de cerca de 100 pessoas entre professores, representantes de instituições públicas, comunidades LGBT e representantes de movimentos culturais do município e entorno. O CRP-MG aderiu à causa, reforçando o compromisso da autarquia com os direitos humanos e com o tema, além de apoiar movimentos contra a homofobia. A Conselheira Ângela Guimarães, representante do CRP-MG no seminário, ficou surpresa ao verificar que a sociedade conversa pouco sobre a diversidade sexual. Segundo Ângela, é primordial que a sociedade discuta e reflita mais sobre essas questões para não estimular o quadro de exclusão. “Várias pessoas ainda procuram os psicólogos para ‘curar’ parentes. Conscientizar a população de que a homossexualidade não é doença e garantir o acesso aos direitos são grandes desafios”.

A Secretária de Educação de Jequitinhonha, Iracilda Dias, lembra que no dia do evento houve resistência, e muitos não compareceram. “Porém, as excelentes discussões realizadas e a repercussão positiva do seminário contribuíram para a difusão do tema, e fizeram que muitas pessoas lamentassem o fato de não terem estado presentes”, comenta.

Segundo o participante do Programa de Integração da UFMG no Vale do Jequitinhonha, Bruno Camillo, a sociedade contemporânea apresenta desafios para os sujeitos e suas relações com a identidade e a existência. A diversidade é uma discussão polêmica. “No Vale do Jequitinhonha o tema também é controverso, mesmo assim a mobili-

zação está ocorrendo, com a união de diversos segmentos da sociedade que inserem o assunto nas pautas de reuniões pela região e incitam o desejo de fazer mais”.

Bruno relata que o seminário realizado em Jequitinhonha despertou maior interesse na região. “As ações realizadas pelo Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais e pela Fecaje foram fundamentais para que estivessem presentes profissionais e representantes dos movimentos existentes nos municípios de Araçuaí e Itaobim”. Reuniões e encontros vêm sendo realizados nessas localidades, com a participação da UFMG, desde dezembro de 2009.

“(...) é primordial que a sociedade discuta e reflita mais sobre essas questões para não estimular o quadro de exclusão.”

Continuidade – O Centro de Testagem e Aconselhamento de Araçuaí trabalha pelo prosseguimento destas discussões promovendo encontros e reuniões. Segundo a enfermeira e coordenadora do centro, Karine Ribeiro Machado, os grupos recuam frente à postura, muitas vezes preconceituosa, da sociedade. “Precisamos valorizar e aceitar a orientação sexual dos indivíduos”. O delegado da polícia civil Kléber Valadares reforça o coro dos que desejam a realização e a proliferação de mais discussões. “É importante chocar, gerando ruptura e partindo para as mudanças. Muitas vezes as pessoas do interior querem resolver as coisas por meio de agressões”. Outra atividade que merece menção é a mesa-redonda *Movimento LGBT: arte, cultura e política*, que fez parte da programação do VII Festival de Teatro do Vale do Jequitinhonha (Festeje), realizado em janeiro de 2010. Os participantes fizeram uma análise sobre a homossexualidade, desde a descoberta por parte do próprio sujeito, à relação com os pais, à recriminação e à violência. Convidados de diversas áreas analisaram a inclusão e exclusão dos homossexuais na arte, na cultura e na política. Outras questões polêmicas como o preconceito e a criação de estereótipos nos meios de comunicação também foram debatidas.

Em Araçuaí também foi realizado, em fevereiro, um encontro para discutir questões LGBT e alternativas para a mobilização local. O município de Itaobim também merece destaque pela criação de um grupo de estudos formado por psicólogas com o apoio do CRP-MG, da Fecaje e da UFMG.

A travesti Faila Nahara diz que “o principal objetivo do movimento é conseguir que os direitos previstos em lei possam realmente valer para todos os cidadãos”. Para Faila é necessária a proposição e aplicação de políticas públicas para os gays. Ela ressalta que os debates e seminários foram fundamentais para dar visibilidade aos direitos dos cidadãos que sofrem preconceito e discriminação promovendo e defendendo a inclusão social.

Além de líder comunitária, Faila Nahara é integrante do grupo *Blayblaydes*, criado há seis anos em Salinas, durante o Festival de Cultura Popular do Vale do Jequitinhonha (Festivale). O grupo também é composto por Alessandro, Marcos, Rônio, Carlos e Raila.

Faila explica que, por sua organização, o grupo tornou-se referência na região. Essa disposição rende oficinas, desperta interesses, parcerias e elo com a política. Por meio desses movimentos apareceram apoios importantes, como o de Liliâne Anderson, educadora social do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT (NUH-UFMG). Liliâne ficou impressionada com a abertura, principalmente na cidade de Jequitinhonha, para a discussão do tema, e hoje acompanha de perto a evolução da mobilização na região.



Faila Nahara defende a garantia dos direitos previstos em lei

Bruno Camillo

IV CNSM – I: Conferência Estadual de Saúde Mental envia 183 propostas para a etapa nacional

A IV Conferência Estadual de Saúde Mental – Intersetorial de Minas Gerais (IV CESM – I), realizada entre os dias 13 e 15 de maio em Belo Horizonte, com a representação de 215 municípios mineiros, aprovou 183 propostas que foram encaminhadas à etapa nacional acontecida em Brasília de 27 de junho a 1º de julho. A Conferência Estadual contou com a participação de 1.496 pessoas, sendo que desse montante 1.420 eram delegados, 600 usuários, 300 trabalhadores, 300 gestores/prestadores de serviços, 220 parceiros intersetoriais e 76 observadores.

Com o tema “Saúde mental, direito e compromisso de todos: consolidar avanços e enfrentar desafios” a Conferência Estadual aprovou 81 propostas no Eixo I - Saúde mental e políticas de Estado: pactuar caminhos intersetoriais; 50 propostas no Eixo II - Consolidar a rede de atenção psicossocial e fortalecer os movimentos sociais; e 52 propostas no Eixo III – Direitos humanos e cidadania como desafio ético e intersetorial. Foram aprovadas ainda seis moções, sendo quatro de repúdio, entre elas uma destinada ao governo de Cuba e outra contra o “Ato Médico”, uma de defesa pela criação de uma política nacional de saúde mental infantojuvenil e outra de reivindicação pela reestruturação dos critérios de avaliação para inclusão dos portadores de doença mental em Paralympíadas.

As informações mencionadas foram retiradas do relatório final aprovado pelo Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais. A íntegra do documento pode ser encontrada em: <<http://ces.saude.mg.gov.br>>.

OBSERVAÇÕES: CENÁRIO DA SAÚDE MENTAL

Em virtude da IV Conferência de Saúde Mental, o *Jornal do Psicólogo*, na tentativa de fazer uma análise sobre saúde mental, entrevistou os psicólogos João Leite Ferreira Neto, Maria Mercedes Merry Brito e Max Silva Moreira.

Para João Leite, o campo da saúde mental representa hoje uma das facetas mais bem-sucedidas do Sistema Único de Saúde (SUS). “Desde seu início visou não apenas a ampliação da oferta de serviços de modo a garantir o acesso à população, como também estabeleceu uma mudança nas práticas de atenção ao deslocar seu eixo do

manicômio para os serviços substitutivos”.

Max Silva Moreira explica que uma parte desses serviços foi inaugurada antes ou durante os esforços para aprovação e regulamentação da Lei nº 10.216/2001, conhecida como Lei da Reforma Psiquiátrica. “O fomento a este tipo de trabalho demonstrou que era e é possível uma relação não excludente com os loucos. A lei assegurou os direitos das pessoas com sofrimento psíquico, alguns deles básicos como o direito de acesso aos meios de comunicação disponíveis, ser informado sobre os procedimentos de tratamento e evitar que estes sejam invasivos”.

Para Max, além da criação dos dispositivos substitutivos ao manicômio, toda uma elaboração conceitual compartilhada com a sociedade tem sido desenvolvida antes e a partir da lei. “Vários municípios em Minas Gerais abraçaram a Reforma Psiquiátrica e se inscreveram como agenciadores dos princípios da Luta Antimanicomial”.

Maria Mercedes Merry indica avanços relevantes conquistados pós-lei: “o significativo número de extinção de hospitais e leitos psiquiátricos, antes lugar sagrado; a profanação de outro elemento que se situava na hegemonia do saber psiquiátrico sobre a loucura, um campo do saber que era do domínio de um, passa a ser domínio de muitos, é devolvido ao domínio público e apropriado pela coletividade; a ampliação da rede substitutiva e a crescente participação dos usuários na Luta Antimanicomial, enquanto movimento social, dando corpo e voz legítima a essa luta; a criação das residências terapêuticas, lugar de moradia digna para as pessoas que tiveram sua dignidade corrompida pela longa permanência nos hospitais psiquiátricos; e a criação das cooperativas de trabalho e geração de renda que anunciam a assertiva do conceito de ‘utopia ativa’ cunhado por César Rodrigues Campos: que se situa em torno da possibilidade de viver em uma sociedade pautada na solidariedade”.

Mercedes, que é Conselheira do XII Plenário do Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais (CRP-MG), acredita que para avançar ainda mais é preciso comprometimento dos gestores, independentemente de sua filiação partidária. Outro fator importante é a necessidade de mais agilidade e investimentos públicos na criação dos serviços

substitutivos, a partir de uma leitura rigorosamente epidemiológica que tem norteado a expansão do SUS.

O pensamento de Mercedes converge com o de João Leite neste ponto, pois ele acredita que para a consolidação e obtenção de novos avanços é preciso que haja um conjunto de ações e esforços no que diz respeito ao investimento em recursos humanos e materiais, além do desenvolvimento de práticas plenamente intersetoriais. “O montante de recursos investidos nos serviços ainda é baixo, mesmo que o fechamento de leitos nos hospitais psiquiátricos, serviço mais oneroso que os oferecidos nos equipamentos substitutivos, tenha trazido economia aos cofres públicos. Já no âmbito das ações intersetoriais os desafios são ainda maiores, devido à tradição do setor público brasileiro de operar a partir de uma lógica de Estado integrando as variações próprias da vida social”.

Segundo Max, as políticas de saúde mental devem ser concebidas como políticas transversais, pois a saúde mental perpassa outras políticas públicas no que diz respeito a inclusão e a exclusão de pessoas, assim como a normalização de condutas pela farmacologia e por práticas adaptativas em Psicologia e outras disciplinas do campo da saúde mental. Ele considera igualmente importante a necessidade de avançar na direção do trabalho das equipes de Saúde da Família e problematizar o modelo do matriciamento, uma vez que é possível assistirmos a uma epidemia silenciosa definida na medicalização maciça de questões psicossociais.

Max faz um alerta: “a indústria farmacêutica tem franca liberdade para moldar a demanda por tratamento ao propor repostas requintadas do ponto de vista simbólico, como por exemplo, ao cunharem os nomes dos novos medicamentos como uma promessa de eficácia na solução dos sintomas: ‘Conserta’ para transtornos de hiperatividade na infância, ‘Pondera’, para transtornos obsessivo-compulsivos, ‘Allegra’, para transtornos depressivos etc. Há um vácuo do nosso discurso no enfrentamento dessa postura agressiva do capitalismo ao explorar a subjetividade como um mercado”.

“18 de maio” ganha capilaridade em todo Estado

O “18 de maio – Dia Nacional da Luta Antimanicomial” foi lembrado em várias regiões de Minas Gerais. Com o apoio do Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais (CRP-MG) e por suas subse-

des, manifestações e semana de atividades foram realizadas em Belo Horizonte, Betim, Araguaia (Triângulo), Montes Claros (Norte), Juiz de Fora (Sudeste), Uberlândia (Triângulo) e Varginha (Sul).

O dia 18 de maio também marca o “Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes”. O Conselho apoiou eventos realizados em Belo Horizonte (Assembleia

Legislativa, Praça Sete e Feira de Artesanato da Av. Afonso Pena) e Varginha (sede da Associação Médica), além de outras localidades.

EXPLORAÇÃO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

“O papel da rede social no enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes”, tema do evento realizado em Varginha, teve como objetivo lembrar o “Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes”, mobilizar e sensibilizar a população para a seriedade do tema, além de salientar a importância das redes sociais no enfrentamento deste tipo de violência.

O debate público “O enfrentamento da violência sexual de crianças e adolescentes no Estado de Minas Gerais”, ocorrido na Assembleia Legislativa de Minas Gerais no dia 14 de maio, teve a intenção de apresentar um diagnóstico estadual sobre o tema e elencar propostas que visem à superação de desafios.

Durante o debate a coordenadora do Fórum Interinstitucional de Enfrentamento à Violência Doméstica, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Estado (Favcamg), Regina Helena Cunha Mendes, apresentou dados da Organização das Nações Unidas (ONU), que destacam o Brasil como um dos locais de maior incidência de tráfico de mulheres para exploração sexual em todo o mundo. No que diz respeito a Minas Gerais, a coordenadora da Favcamg apresentou números da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da Polícia Rodoviária Federal apontando 290 pontos de exploração sexual nas estradas de Minas. Segundo a coordenadora, o Disque Denúncia Estadual registrou, em 2009, 1.298 denúncias de violência contra crianças e adolescentes, 59 denúncias de abuso sexual e 32 denúncias de exploração sexual. Para Regina, os números ainda não refletem a realidade do problema, mas já é possível observar uma mudança de consciência. “O próximo passo para o combate é a implantação da Vara Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente, que agilizará a apuração e punição dos infratores”.

No dia 18 de maio a população recebeu, no centro de Belo Horizonte, flores e informativos sobre violência. A mesma atividade ocorreu no dia 23 durante a Feira de Arte e Artesanato da Avenida Afonso Pena. A iniciativa foi uma ação conjunta da Associação Municipal de Assistência Social (AMAS), Prefeitura de BH/Secretaria Adjunta de Assistência Social e da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente, por meio das Comissões Operativas Locais do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infante Juvenil (PAIR).

LUTA ANTIMANICOMIAL

Em Belo Horizonte, serviços substitutivos de vá-

rias cidades mineiras, compareceram à 13ª passeata para comemorar o “Dia Nacional da Luta Antimanicomial”. Com o tema “Solidariedade: há em ti, há em mim”, militantes da luta, usuários, integrantes de diversos movimentos sociais, psicólogos e outros profissionais da área da saúde saíram às ruas da capital mineira cantando o samba enredo *TEC TEC TEC*. De acordo com a Polícia Militar, aproximadamente 3 mil pessoas participaram da manifestação.

As seis alas temáticas foram embaladas pelo som da escola de samba *Liberdade Ainda Que Tan Tan* com a contribuição das baterias *Tsunami* e *Grêmio Recreativo Escola de Samba Cidade Jardim*. O Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais (CRP-MG) participou e apoiou as alas “Que mentira é essa? Quem me tira dessa?” e “Liberar-te da dor, encontrar-te com a cor”. A atividade foi organizada pelo Fórum Mineiro de Saúde Mental e Associação dos Usuários dos Serviços de Saúde Mental de Minas

O tema de 2010, “Solidariedade: há em ti, há em mim”, escolhido pelo Coletivo Mineiro da Luta Antimanicomial e posteriormente assumido como tema nacional, aborda o desastre do Haiti, que despertou na população mundial o espírito da solidariedade, um dos princípios básicos da Reforma Psiquiátrica.

Das seis alas do desfile, a segunda, a ala da experiência da loucura: “Liberar-te da dor, encontrar-te com a cor”, já é tradição na composição da apresentação da escola de samba *Liberdade Ainda Que Tan Tan*. Este ano, além de explorar toda a experiência dos delírios e alucinações, seu lugar para os sujeitos e acolhimento necessário para as singularidades, foram exploradas as relações desta experiência da loucura nos encontros com a arte.

A ala da denúncia “Que mentira é essa? Quem me tira dessa?” foi a quinta a se apresentar. O objetivo era denunciar as mentiras travestidas de verdade. As discussões sobre este tema surgiram a partir de uma análise crítica de usuários e trabalhadores ao Projeto de Lei nº 7.703/2006, conhecido como “Ato Médico”, que coloca o saber médico no topo da hierarquia das outras profissões da área da saúde. O projeto, que tramita agora no Senado, se aprovado causará um retrocesso no Sistema Único de Saúde (SUS) e em bandeiras importantíssimas como: saúde integral para todos e por uma sociedade sem manicômios. Os usuários defendem a integralidade como princípio do SUS e condição para um tratamento que respeite o vínculo e multiplicidade dos saberes.



Desfile do “18 de maio” em Belo Horizonte

“Ato Médico”: o CRP-MG na luta pela defesa da profissão e pela qualidade da saúde em Minas e no Brasil

Somente este ano o Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais promoveu aproximadamente 15 reuniões, participou de ato nacional, articulou audiência pública e esteve presente em vários eventos, sendo alguns providos pelo Conselho para discutir o Projeto de Lei nº 7.703/2006, conhecido como “Ato Médico”. O PL nº 7.703/2006 foi aprovado na Câmara dos Deputados e agora tramita no Senado. Os Conselhos e o Movimento Sindical posicionam-se contrários ao texto proposto no PL, pois este cria uma hierarquia na Saúde, colocando a Medicina em grau mais elevado que as outras profissões, desrespeitando a diversidade e pluralidade proposta pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

MANIFESTAÇÃO – Em 9 de março o CRP-MG participou da Manifestação Contra o Ato Médico na Praça Sete, em Belo Horizonte. O ato público contou, ainda, com a presença de vários conselhos, entidades de classe e estudantes. Dentre os presentes estavam representantes de várias categorias: psicólogos, professores, farmacêuticos, fonoaudiólogos, fisioterapeutas, farmacêuticos, usuários da Saúde Mental, biólogos, nutricionistas, enfermeiros, técnicos em enfermagem e estudantes. A manifestação fez parte de uma agenda nacional do movimento contra o “Ato Médico”.

O presidente do CRP-MG, Rogério de Oliveira Silva, afirma que não há objeções quanto à atualização da regulamentação da Medicina, porém, “somos contrários ao modelo centralizador proposto no Projeto de Lei nº 7.703/2006”. Rogério diz que manifestações públicas estão entre as formas que os profissionais da área de Saúde e seus representantes encontraram para esclarecer a população, visto que é a sociedade quem mais sofrerá com a aprovação do PL tal como se encontra. “Os atos públicos demonstram que essa luta vai além do corporativismo, é uma luta pelo pleno direito à assistência à saúde”, ressalta.

No mesmo dia, em solidariedade à campanha contra o Projeto de Lei, vários vereadores fizeram pronunciamentos durante a reunião plenária da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

AUDIÊNCIA PÚBLICA – No dia 12 de abril o CRP-MG, outros Conselhos e entidades criticaram o texto do PL nº 7.703/2006 durante audiência pública ocorrida na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). A reunião da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia foi solicitada pelo Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais, apoiado por outros segmentos.

O vice-presidente do CRP-MG, Rodrigo Tôres Oliveira, indica a necessidade da mudança do

texto no Projeto de Lei, incorporando as reivindicações das demais profissões da área da Saúde. Ressalta, ainda, que se o projeto for aprovado irá ferir princípios básicos do Sistema Único de Saúde (SUS), como por exemplo, a multidisciplinaridade. “O PL do Ato Médico corresponde a uma perda de autonomia das demais profissões da área da Saúde. Uma categoria não pode estar acima do Estado”, finaliza.

REGISTRO DA AUDIÊNCIA É ENCAMINHADO AO PRESIDENTE LULA

A ALMG enviou no dia 28 de abril as notas taquigráficas da audiência pública do dia 12 de abril para o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República do Brasil, Luiz Dulci, o Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, deputados e senadores da bancada mineira no Congresso Nacional e para os deputados relatores do Projeto de Lei nº 7.703/2006.

O envio do registro da reunião ocorreu em decorrência de um requerimento apresentado durante a audiência e aprovado em reunião da Comissão realizada no dia 20 de abril.

CONSELHO PROPÕE GRUPO DE TRABALHO PARA ESTUDAR ALTERAÇÕES NO TEXTO DO PL Nº 7.703/2006

No dia 1º de março, aproximadamente nove entidades reuniram-se no auditório do CRP-MG para discutir sobre a manifestação do dia 9 mar., e sobre os pontos críticos do PL. Para o presidente do CRP-MG, Rogério de Oliveira Silva, é preciso que Minas contribua para uma única redação que assegure a saúde da população, além de contribuir para a inclusão de todos os profissionais ligados a Saúde. Rogério propôs a criação de um Grupo de Trabalho composto pelas entidades a fim de pontuar modificações no texto do projeto de lei.

O presidente do Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais (CRM-MG), Dr. Batista Gomes Soares, posicionou-se favoravelmente a criação do Grupo de Trabalho. Ele acredita que há possibilidade de diálogo entre os profissionais da área da Saúde.

O Conselho Regional de Psicologia propôs, ainda, a modificação do termo “diagnóstico nosológico”, para “diagnóstico nosológico médico”. Também sugeriu que o mesmo fosse feito quanto à “prescrição terapêutica”, que passaria para “prescrição terapêutica médica”. Com a incorporação dos termos ligados a Medicina ficaria garantido o exercício profissional das outras categorias no que tange às terapias e ao diagnóstico. O presidente do CRM-MG “viu a proposta com bons olhos”. Para discutir essas e outras questões serão realizadas novas reuniões com a participação de todas as entidades.

O QUE AFETA A PSICOLOGIA?

- Diagnósticos e prescrições terapêuticas: apenas os médicos poderão diagnosticar patologias e fazer prescrições terapêuticas. Esse tipo de resolução prejudica o atendimento aos usuários, pois o atendimento psicológico está no escopo da prevenção, promoção e prescrição terapêutica. Além disso, os psicólogos são profissionais aptos à realização do diagnóstico psicopatológico.
- Chefia de serviços médicos: essa função não pode ser exclusiva dos médicos, pois há psicólogos, assistentes sociais, odontólogos e outros profissionais preparados para ocupar o cargo. Além disso, a diversidade de profissionais em cargos de chefia está em consonância com a lógica do Sistema Único de Saúde (SUS).
- Procedimentos invasivos: a exigência de exclusividade, por parte dos médicos, de realização dos procedimentos invasivos exclui uma gama de profissionais que são gabaritados para exercer a acupuntura, prática milenar feita, também, por psicólogos acupunturistas. A exclusão desses profissionais fere normativas que os inserem nas políticas públicas de Saúde.

Alguns eventos sobre o “Ato Médico” que tiveram participação do CRP-MG:

- 25.02 - Debate na PUC Minas – Betim
- 09.03 - Manifestação na Praça Sete – Belo Horizonte
- 09.03 - Evento contra o “Ato Médico” – Divinópolis (Escritório Central)
- 12.04 - Audiência pública na Assembleia Legislativa de Minas Gerais
- 20.05 - Debate em Juiz de Fora (Subsede Sudeste)
- 24.05 - I Seminário do CAFITO: Ato Médico em Debate – Centro Acadêmico de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG
- 11.06 - I Encontro de Psicólogos do Centro Nordeste Mineiro – Debate em Guanhães (Subsede Leste)



O presidente do CRP-MG, Rogério Oliveira, discursa em manifestação contra o “Ato Médico” na Praça Sete

Danielle Benumes / ASCOM - CRP-MG

CREPOP reúne informações sobre o trabalho dos psicólogos do CRAS

Com o intuito de analisar a atuação dos psicólogos que trabalham nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) desenvolvem um estudo por meio de questionário *on-line* e em grupos focais com profissionais.

Segundo o Conselheiro responsável pelo CREPOP, Alexandre Rocha Araújo, que também é coordenador de programas sociais da Associação Municipal de Assistência Social (AMAS), em Minas Gerais o CREPOP realiza, durante os meses de junho e julho, nove reuniões com profissionais que se ofereceram para fazer parte dessa coleta de dados. Quatro desses encontros ocorrem em Belo Horizonte (Escritório Central) e Governador Valadares (Subsede Leste), sendo dois em cada município. Os demais são realizados em Pouso Alegre (Subsede Sul), Uberaba (Subsede Triângulo), Uberlândia (Subsede Triângulo), Montes Claros (Subsede Norte) e em Juiz de Fora (Subsede Sudeste).

As informações obtidas com a pesquisa passarão por uma análise criteriosa do CREPOP que disponibilizará o resultado no endereço eletrônico <<http://crepop.pol.org.br>>. Será possível, ainda, avaliar o impacto do documento "Referências técnicas para a atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS", produzido pelo CREPOP em 2007.

O CREPOP está realizando, ainda, o mapeamento de todos os psicólogos dos CRAS em Minas Gerais e divulgando o documento de referências técnicas que pode ser acessado pelo *site* do Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais: <www.crpmg.org.br>.

O DIA A DIA NOS CRAS/SUAS

O *Jornal do Psicólogo* ouviu as psicólogas Jacqueline Alves de Oliveira e Mislane Cristiane de Moraes Torquato.

Jacqueline, que trabalha em Contagem, diz que um dos pontos positivos do CRAS é o atendimento feito por uma equipe multiprofissional (assistentes sociais, pedagogos, sociólogos). Porém, enfatiza a falta de uma política de valorização dos profissionais, pois "a carga horária é muito grande, não existe infraestrutura adequada e os salários deixam a desejar".

Mislane, do CRAS de São José da Lapa, ressalta a vantagem de poder trabalhar com a família do usuário. Mas reclama da burocracia do trabalho multiprofissional: "as solicitações enca-

minhadas ao Programa de Saúde da Família (PSF) demoram muito, isso dificulta a atuação do psicólogo". Ela destaca a necessidade de capacitação para desenvolver ações em conjunto com os outros profissionais para que haja uma melhor integração, obtendo, dessa forma, maior excelência nos resultados.

Jacqueline lembra que é possível acessar o formulário por meio do *site* do CREPOP. Ela afirma que o Centro de Referência é um espaço de fundamentação técnica e teórica para o trabalho do psicólogo. "É um retrato das atividades dos psicólogos do CRAS".

Segundo Mislane, o trabalho desenvolvido pelo CREPOP é muito importante para a avaliação e a união dos profissionais e possibilita ações em conjunto com o CRP-MG. "É o momento em que podemos relatar nossas dificuldades no trabalho, receber esclarecimentos e o retorno do CREPOP".

SEMINÁRIO DISCUTE ATUAÇÃO DOS PSICÓLOGOS NO SUAS

O seminário nacional "A atuação dos psicólogos no Sistema Único de Assistência Social" reuniu psicólogos e outros profissionais que atuam no SUAS em vários pontos do país. A iniciativa é fruto de uma parceria entre o CRP-MG, demais conselhos regionais, Conselho Federal de Psicologia (CFP) e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), por meio da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS).

Exibido pela internet, as pessoas puderam assistir ao seminário em seus locais de trabalho e residências. Contudo, com o intuito de promover aproximar e promover o debate entre profissionais, o encontro foi exibido em locais pre-determinados. Em Minas Gerais transmissões foram feitas em Belo Horizonte (na sede do CRP-MG), Betim, Governador Valadares, Montes Claros, Pouso Alegre, Uberaba, Uberlândia e Teófilo Otoni.

O evento foi realizado com o objetivo de construir, divulgar e debater parâmetros e referências para a atuação dos psicólogos nos Serviços de Proteção Social do SUAS, possibilitando uma reflexão entre os agentes institucionais da Política Nacional de Assistência Social acerca das contribuições dos saberes e práticas dos psicólogos no âmbito do SUAS, além de procurar fortalecer o compromisso da Psicologia para a efetivação do SUAS. O Seminário contou com a participação da ministra do

Desenvolvimento Social, Márcia Lopes comparecerá a abertura do evento.

Os CRAS – De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é responsável pela organização e oferta de serviços da proteção social básica. Por sua capilaridade territorial é considerado a porta de entrada do SUAS. As principais funções desempenhadas são:

- Gestão da proteção básica no seu território: identificação de vulnerabilidades e potencialidades, organização e articulação das unidades da rede sócio-assistencial a ele referenciadas e o gerenciamento do acolhimento, inserção, encaminhamento e acompanhamento dos usuários no SUAS.

- Oferta do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF): caracteriza-se como um atendimento à família de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer sua função protetiva, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso a direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida.

Além do PAIF, outros programas de convivência e fortalecimento de vínculos podem ser oferecidos pelo CRAS, desde que a unidade possua os recursos materiais e humanos necessários.

O PSICÓLOGO NO SUAS

Segundo as orientações do MDS sobre as ações dos profissionais do CRAS, o psicólogo deve "intervir de forma a utilizar dos seus recursos teóricos e técnicos para: a) compreender os processos subjetivos que podem gerar ou contribuir para a incidência de vulnerabilidade e risco social de famílias e indivíduos; b) contribuir para a prevenção de situações que possam gerar a ruptura dos vínculos familiares e comunitários, e c) favorecer o desenvolvimento da autonomia dos usuários do CRAS".

O CREPOP – O Sistema Conselhos de Psicologia, por meio do CREPOP, desde 2007 realiza um trabalho de sistematização do conhecimento da Psicologia aplicado às políticas sociais. Ao subsidiar a prática profissional dos psicólogos a partir da produção coletiva de referências técnicas, é possível dialogar de forma mais eficiente com os profissionais da Psicologia, gestores, instâncias de controle social e formuladores das políticas públicas.

NOTA DE FALECIMENTO

O Conselho Regional de Psicologia (CRP-MG) comunica, com pesar, o falecimento súbito da psicóloga Maria Carmen de Castro Patrocínio no dia 26 de abril de 2010. Maria Carmen era graduada em Psicologia pela FUMEC, mestre em Psicologia Social pela UFMG, doutoranda em Ciências Políticas pela mesma instituição e Capitã Psicóloga do Quadro de Oficiais de Saúde da Polícia Militar de Minas Gerais. Foi professora do curso de graduação em Psicologia do Centro Universitário Newton Paiva e conselheira do IX Plenário do CRP-MG, participando ativamente da Comissão de Direitos Humanos.

ACONTECEU

APAC Feminina é fundada em Belo Horizonte

Com o total apoio do Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais, a Associação de Proteção e Assistência às Condenadas de Belo Horizonte (APAC Feminina BH), foi fundada em 16 de março deste ano na sede do CRP-MG. Durante a solenidade foi aprovado o estatuto e eleita a primeira gestão da APAC, que é a pioneira da capital mineira, e a terceira do Estado destinada ao público feminino.

Eleita presidente da APAC Feminina BH, Andreza Lima de Menezes, ressaltou que as mulheres encarceradas têm o seguinte perfil: são pobres, trabalham no mercado informal e não conseguem obter renda suficiente para sustentar, sozinhas, suas famílias.

As APACs são entidades sem fins lucrativos dedicadas à recuperação e reintegração dos apenados. As atividades desenvolvidas são uma forma alternativa de cumprimento da pe-

na. Presente na solenidade, o vice-presidente do CRP-MG, Rodrigo Tôres, afirma que a criação da APAC Feminina é fundamental para que as mulheres possam cumprir suas penas de forma mais digna. Ele ressaltou, ainda, que o modelo trabalhado pelas APAC propicia uma maior reabilitação dos detentos e a sua reintegração social.

Banda *Os Impacientes* tem reconhecimento nacional

Formada pelos usuários Anderson Vieira, Pedro Paulo Day, Sérgio Augusto de Oliveira, Luiz Henrique, Monier Silveira da Silva e Luiz Carlos da Silva, a banda *Os Impacientes* surgiu de uma oficina de música composta por usuários do Centro de Atenção Psicossocial CasaViva (CAPS CasaViva) em Juiz de Fora, instituição pública substitutiva à lógica hospitalocêntrica. O projeto é coordenado pelo músico e psicólogo Hamilton Moraes e tem a supervisão da psicóloga Cláudia Richa, também responsável pela coordenação do CAPS CasaViva.

O grupo recebeu, em 2009, o prêmio cultural "Loucos pela Diversidade", organizado

pela Fiocruz e pelo Ministério da Cultura. Atualmente mantém sua agenda de shows e ensaios, além de incessante produção/criação, contando com um grande repertório de músicas inéditas.

Os Impacientes foram convidados, por duas vezes, a participar do "Festival Loucos por Música", no Rio de Janeiro. Em 2008, no Caneção, abriram os shows de Pitty e de Arnaldo Antunes. Em 2007 tocaram ao lado de Alcione, Frejat, Sandra de Sá e Sérgio Loroza. O grupo lançou seu primeiro CD em 2005, com dez canções, todas de autoria dos componentes. A gravação contou com a participação especial de renomados músicos lo-

cais. O desenvolvimento constante desses projetos estimula a banda a produzir um novo um novo álbum.

Segundo Cláudia Richa, as novas formas de compreensão e os novos instrumentos de tratamento permitiram a estes usuários o descobrir e o redescobrir de suas capacidades e de suas potencialidades artísticas, tornando realidade a conquista de grande aceitação e admiração pública. "A consolidação da banda favoreceu a passagem do anonimato e da exclusão ao espaço compartilhado da cidadania. De loucos a músicos. Diferentes, por que não? Mas indiscutivelmente artistas, dotados de valor social", define a psicóloga.

Bloco *Maria Boneca* no Carnaval da Inclusão em Uberaba

Graça e alegria são a receita do bloco carnavalesco *Maria Boneca*, que atraiu, pelo quinto ano consecutivo a simpatia da população uberabense. Originado pelo CAPS Maria Boneca, da Fundação Gregório F. Baremlitt, o bloco contou com a participação de 16 segmentos diferentes no Carnaval da Inclusão 2010, em Uberaba. Dentre os participantes estavam outros serviços substitutivos do município e de Araxá, a banda *Axé Uai*, acadêmicos de vários cursos, estagiários, associações, escolas e o núcleo de enfrentamento à violência, totalizando, aproximadamente 300 componentes.

Os preparativos começam três meses antes

do carnaval. São realizadas oficinas de dança, musicalização, construção de adereços e fantasias. Segundo a coordenadora do CAPS Maria Boneca, Maria de Fátima Oliveira, a rede de atividades consegue mobilizar um grande contingente de usuários. Para ela a diversidade e a participação popular durante o Carnaval da Inclusão propiciam uma alegria que contagia a todos os operadores, estimulando "os modos de intensificação (alegria, produção e incentivo) que temos de trabalhar em outras tarefas de reabilitação/inserção social".

Compõem o bloco *Maria Boneca*: Fundação Gregório F. Baremlitt; Inácio Ferreira; CAPS

Saúde Mental – Araxá; Associação de usuários Maria Boneca; componentes da banda Axé Uai; Acolhida Marista; Casa do Menor Coração de Maria; Lar da Caridade; Supam; Assistência Professores de Arte (APAR); Programa Mediação de Conflito; Serviços da Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES); alunos dos cursos de Educação Física (CESUBE, FCEM/ACIU); estudantes e estagiários dos cursos de Psicologia e Enfermagem da UNIUBE; estudantes e estagiários de Terapia Ocupacional, Enfermagem e Serviço Social da UFMTM; e voluntários, além da participação especial do *Bloco de Capoeira*.

CRP-MG trabalha pela inserção de psicólogos na rede primária de saúde

Partindo da necessidade de formação de uma equipe multidisciplinar no município de Nova Serrana, o Conselho Regional de Psicologia (CRP-MG), por meio de seu presidente, Rogério da Silva e da conselheira referência da região Centro Oeste, Hécia Veriato, reuniram-se, no início do ano, com o prefeito Paulo Cesar Freitas para viabilizar cooperação técnica na implantação de psicólogos na rede primária.

Hoje, o Programa Saúde da Família do muni-

cípio conta com uma equipe coordenada por um profissional psicólogo, contribuindo para a intersetorialidade da rede. Antes de o trabalho começar a ser desenvolvido, foram realizados encontros baseados no apoio matricial em saúde mental para as equipes do PSF. Com o objetivo de trocar informações e propiciar um atendimento completo e humanizado aos usuários, técnicos do CAPS, NASF, PSF, estagiários de Psicologia, e a psicóloga convidada Claudia Maria Filgueiras Pe-

nido compareceram às reuniões.

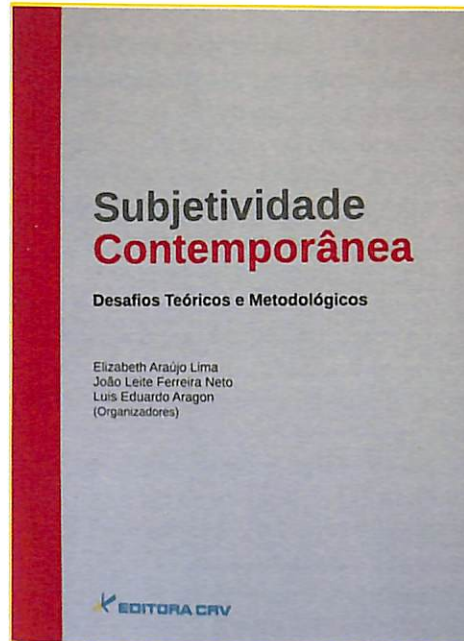
Roda de Conversa, ocorrida na Secretaria de Saúde de Nova Serrana em 11 de maio, foi a primeira atividade coordenada pelo CRP-MG por meio do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP). Desta forma, inaugurou-se mais uma linha de ação para no CREPOP, que é o apoio à articulação política com gestores, ação prevista no plano anual de 2010 do CRP-MG.

RESENHA

Subjetividade contemporânea: desafios teóricos e metodológicos.

LIMA, Elizabeth Araújo; FERREIRA NETO, João Leite; ARAGON, Luis Eduardo (Org.). Curitiba: CRV, 2010. 175 p.

Esta coletânea reúne onze trabalhos de pesquisadores pertencentes ao Grupo de Trabalho *Subjetividade Contemporânea*, ligado à Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP) e coordenado por Suely Rolnik. É organizada a partir de dois eixos, ambos com aportes conceituais e metodológicos, mas portadores de diferentes estratégias de elaboração. O primeiro eixo, denominado "Analíticas do Contemporâneo", traz seis investigações acerca de diferentes problemas relativos à subjetividade contemporânea. O segundo, "Pesquisas Intervenção", apresenta cinco pesquisas oriundas de práticas de intervenção desenvolvidas pelos autores. Os trabalhos trazem contribuições teóricas e metodológicas para análise de questões que atravessam os modos de subjetivação no contemporâneo.



DICAS

LIVROS

Título: O livro vermelho

Autor: Carl Gustav Jung

A obra, que levou 16 anos para ser escrita e deu origem a todos os trabalhos de C.G. Jung, será lançada no Brasil pela Editora Vozes em agosto de 2010. A edição brasileira é fiel ao projeto oficial. De acordo com membro fundador da Sociedade Brasileira de Psicologia Analítica, Carlos Byington, *O livro vermelho* é resultado da compilação dos livros negros nos quais Jung escrevia seus sonhos e rascunhava anotações e desenhos. O método da imaginação ativa desenvolvido pelo pensador consiste em conversar com figuras desconhecidas surgidas em sua imaginação e sonhos a fim de descobrir o significado dos símbolos. Jung chamou a imaginação ativa de psicose artificial, uma vez que esta é análoga ao que acontece nas alucinações psicóticas.



Título: Psicologia social: sobre desigualdades e enfrentamentos

Organizadores: Cláudia Mayorga, Maristela S. Pereira e Emerson F. Rasera

"A Psicologia Social está inexoravelmente marcada por essa dialética; inscrita em uma sociedade sustentada pela exploração, intolerância e supremacia do todo sobre o particular, ela segue sua sina de confrontar-se com problemas novos e pleitear perspectivas de tratá-los, seja para contribuir com a preservação e reprodução do existente, seja para dispor-se como resistência a ordem social vigente, adotando a perspectiva histórica de lutar por uma sociedade que preserve a diversidade na unidade e estabeleça a pacificação da existência. Sob esta perspectiva é que li cuidadosamente 'sobre desigualdades e enfrentamentos'" (Odair Sass – trecho do prefácio do livro). A obra foi publicada pela Editora Juruá em 2009.



Título: Um psicólogo no Tribunal de Família: a prática na interface Direito e Psicanálise

Autor: Hélio Cardoso de Miranda Júnior

Publicado pela Editora Artesã (2010), *Um psicólogo no Tribunal de Família* trata do trabalho do psicólogo nas diversas questões que permeiam os processos judiciais nas varas de família. O autor, mestre em Psicologia pela UFMG e doutor em Psicologia Clínica pela USP, propõe a possibilidade de intervir nos conflitos familiares que se apresentam à Justiça a partir da interface entre a Psicanálise e o Direito de Família. Para indicar os limites e as possibilidades deste trabalho, são apresentados exemplos de casos atendidos e acompanhados nos tribunais de justiça.



CDI

O Centro de Documentação e Informação Halley Bessa (CDI) está aberto de segunda a sexta-feira, de 8 às 12h e de 13 às 17h.

Dúvidas e informações: (31) 3262-0091.

A busca pela verdade em casos de acusação de abuso sexual infantil

Gisele Hostalácio Freire de Andrade, Hélio Cardoso Miranda Júnior e Marília de Oliveira • Psicólogos Judiciais do Centro de Serviço Social e Psicologia do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

O aumento no número de acusações de abuso sexual contra crianças em processos litigiosos de disputa de guarda, regulamentação de visitas, processos criminais, entre outros, tem convocado os profissionais da Psicologia que atuam na interface com o direito a uma discussão ampla quanto ao tratamento a ser dado a essa questão e ao lugar no qual o psicólogo judicial é colocado. Assim, tomando como referência as conferências proferidas por Michel Foucault no Brasil nos anos 1970¹, podemos interrogar se, inserida no contexto da justiça, exige-se que a ação do psicólogo judicial siga os mesmos parâmetros de estabelecimento da verdade utilizados no Direito, como o procedimento da prova ou do inquérito.

Na prática, verifica-se essa exigência quanto à apuração e à determinação da matéria, por vezes por meio de um inquérito com características policiais e confessionais, sendo o resultado relatado no estudo psicológico, o qual pode ser utilizado como prova que permitirá a punição do responsável. Nesse contexto, a criança se transforma em protagonista e responsável pela elucidação e pela materialização dos elementos que permitirão à justiça o perfeito trâmite processual e a consequente solução do caso.

O psicólogo judicial, portanto, encontra-se de antemão diante de um impasse. Por um lado, o imperativo institucional por uma verdade única e objetivável. Por outro, a sua ética, que, do ponto de vista da Psicanálise, o impede de desconsiderar que o discurso, ao tentar alcançar a verdade, apenas a bordeja.

No que concerne às crianças, temos de levar em consideração, em primeiro lugar, que a constituição psíquica do sujeito infantil encontra-se em processo de construção e que, por vezes, a criança está investida em fantasias eróticas com os personagens de seu romance familiar. Dessa forma, além da objetividade dos fatos relatados, o psicólogo escuta as fantasias das crianças.

Freud, desde as suas primeiras investigações, deparou-se com a mentira, com a fantasia de sedução e com as características perversas polimorfadas da sexualidade infantil, as quais, em suas formulações posteriores, foram caracterizadas como próprias do discurso neurótico. Aprendemos também com Freud

que a emergência da sexualidade é sempre traumática.

Por esse viés, podemos pensar nos cuidados que se deve ter com a utilização de técnicas projetivas nesses casos, pois, muitas vezes, o material apresentado é sugestivo e o intérprete pode ser levado ao erro, posto que a criança pode estar falando de suas próprias fantasias. Além disso, algumas apresentam um discurso pronto, sem brechas, ratificando a acusação de abuso sexual do qual teriam sido vítimas, mas em decorrência de uma identificação com a fantasia de um dos genitores ou de outro adulto.

Existem, de fato, crianças verdadeiramente angustiadas que apresentam elementos que apontam para a vivência de um abuso sexual, mas para o qual ainda não houve elaboração simbólica possível. Por isso, às vezes, se recusam a falar ou alegam terem esquecido o que lhes ocorreu. Nesses casos, confrontar a criança com a “missão impossível de dizer o verdadeiro sobre o real”, como aponta Éric Laurent², seria também um ato violento, como aquele do qual ela foi vítima.

Em quase todos os casos deparamos com crianças exauridas por terem percorrido inúmeras instituições para a verificação da realidade do fato, tendo sido submetidas a procedimentos diversos com o dever de relatar a verdade.

Qual, então, o papel do psicólogo judicial nesse contexto?

Se a Psicanálise pode ter relação com o método jurídico do inquérito, esse método não seria sinônimo do ato ou efeito de inquirir, na medida em que não objetiva a extração de uma verdade, mas um inquérito conduzido pelo próprio sujeito na presença do psicólogo judicial, o qual está eticamente impedido de fazer julgamentos morais ou dar sugestões partindo de um discurso referenciado a alguma norma ou ideal³. Portanto, no que se refere à criança envolvida em um processo de acusação de abuso sexual, compete ao profissional da Psicologia criar condições clínicas, mesmo no contex-

to da justiça, para que ela possa se expressar de acordo com suas possibilidades psíquicas e seus recursos discursivos. Também podem a ela serem oferecidos recursos lúdicos.

Nesse sentido, um inquérito conduzido pela criança na presença do psicólogo judicial, permite, portanto, que esta se apresente com seu sintoma, suas fantasias, seu traumatismo, os quais não serão interpretados de forma precipitada. Pensamos que, dessa forma, exista a possibilidade da emergência de um efeito de verdade. Ao psicólogo judicial é possível, baseado nesses elementos, inferir sobre a existência ou não de um abuso sexual. Mas em todos os casos a verdade terá um caráter parcial e ficcional.



FAÇA BONITO.
PROTEJA NOSSAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES.

Divulgação

¹ FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*: conferências de Michel Foucault na PUC-Rio de 21 a 25 de maio de 1973. Tradução de Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim de Moraes. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 1996.

² LAURENT, Éric. As novas inscrições do sofrimento da criança. In: LAURENT, Éric. *A sociedade do sintoma*: a Psicanálise, hoje. Tradução de Vera Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2007.

³ Essa formulação do inquérito conduzido pelo sujeito na presença do psicólogo judicial está elucida em texto apresentado por Gisele Hostalácio Freire de Andrade, no *I Congresso Brasileiro de Psicologia Jurídica*, evento promovido pelo Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais na UFMG, o qual será publicado nos anais do Congresso.

Democratização do orçamento

O XII Plenário do Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais (CRP-MG), numa atitude de respeito aos psicólogos mineiros, vem publicamente esclarecer algumas questões do projeto político que tem norteado as ações da Psicologia em Minas.

O XII Plenário, nesses quase três anos, teve como prioridade promover uma gestão democrática e transparente, com maior proximidade com a categoria, estimulando e propiciando a participação mais efetiva dos psicólogos na gestão e na formulação de ações para a Psicologia em Minas Gerais.

O Conselho criou a "Gestão por Projetos", com o objetivo viabilizar a celebração de convênios entre o CRP-MG e entidades que apresentem projetos que visem a realização de ações com o fim de desenvolver, consolidar e valorizar a Psicologia e a classe profissional dos psicólogos, evidenciando junto à sociedade a relevância desta ciência e das atividades profissionais do psicólogo.

O XII Plenário informa que a publicação do Edital de Chamada Pública CRP-MG contempla as diretrizes de funcionamento da "Gestão por Projetos", bem como os valores destinados para celebração de convênios e para a realização de eventos internos e externos, incorreu no avanço das relações da autarquia com as entidades parceiras.

Os atos referentes aos convênios têm sido publicizados (aprovação da habilitação, valores repassados, extratos dos convênios) em conformidade com o disposto no "Edital de Chamada Pública". Informamos ainda o parecer da Consultoria Jurídica do Conselho Federal de Psicologia (CFP), ao analisar esta inovação trazida à gestão dos recursos do CRP-MG:

(...) louvável é a iniciativa de garantir o direito à formação de parcerias indistintamente mediante o estabelecimento de critérios entre todas as entidades que promovam o desenvolvimento e valorização da Psicologia no

Estado de Minas Gerais. Tal iniciativa privilegia os princípios da moralidade e impessoalidade que devem nortear os atos do gestor público.

Em relação à prestação de contas, aprovada pelo CFP, o CRP-MG informa que é regularmente apresentada em plenária e publicizados o orçamento e a prestação de contas anual, nas Assembleias dos Psicólogos e no site do CRP-MG.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Na oportunidade, o Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais apresenta o balanço orçamentário da autarquia referente ao ano de 2009. Em análise feita pelo setor finan-

ceiro do CRP-MG, verifica-se que, no exercício de 2009, a receita atingiu R\$ 5.788.333,23, representando 79% do valor previsto no orçamento. Já as despesas atingiram R\$5.152.726,65, representando 96% do valor fixado no orçamento, obtendo um superávit orçamentário de R\$606.181,28.

Em 2009, a gestão dos recursos financeiros do CRP-MG avançou significativamente, prezando pela transparência e mantendo o objetivo de controlar rigorosamente os gastos da entidade, para garantir o equilíbrio financeiro e orçamentário da instituição.

Ana Amélia de Carvalho

Coordenadora Financeira do CRP-MG

EXERCÍCIO DE 2009 Informações Orçamentárias e Financeiras

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO					
	Previsão	Execução		Fixação	Execução
Receitas	7.247.470,00	5.788.333,23	Despesas	5.343.548,70	5.152.726,65
correntes			correntes		
Receita de contribuições	6.532.405,00	4.700.897,36	Despesas de custeio	3.915.504,89	3.724.682,84
Receita patrimonial	100.000,00	179.353,04	Transferências correntes	1.428.043,81	1.428.043,81
Receita de serviços	65.065,00	86.222,81			
Transferências correntes	-	7.800,00			
Outras receitas correntes	550.000,00	814.060,02			
Receitas de capital	-	-	Despesas de capital	1.903.921,30	29.425,30
Operações de crédito	-	-	Investimentos	29.425,30	29.425,30
Alienação de bens	-	-	Inversões financeiras	-	-
Amortizações de empréstimos	-	-	Transferências de capital	-	-
Transferências de capital	-	-	Transferência de capital	1.874.496,00	-
Outras receitas de capital	-	-			
Subtotais	7.247.470,00	5.788.333,23	Subtotais	7.247.470,00	5.182.151,95
Déficit	-	-	Superávit	-	606.181,28
Totais	7.247.470,00	5.788.333,23	Totais	7.247.470,00	5.788.333,23

ERRATA JP 95

No encarte sobre o "IV Psicologia nas Gerais", na matéria "Trabalho do psicólogo junto ao SAMU é tema de palestra em Uberaba" (páginas 03 e 04), erramos ao deixar de mencionar o nome completo da psicóloga Vera Lúcia Dias.

Outro equívoco diz respeito às críticas com relação ao posicionamento das instituições de ensino. Quando Vera Lúcia diz que "o ensino nas faculdades tem tido falta de sensibilidade e discussão teórica sobre a morte e outros temas", ela estava referindo-se, de modo geral, aos cursos da área da saúde, e não especificamente ao curso de Psicologia, que desconsideram os avanços e as contribuições da Tanatologia.

Segundo a psicóloga, em sua análise sobre a questão, é preciso ressaltar que as aulas de anatomia que tratam a vida como um amontoado de sistemas de funcionamento infinito, aliadas à ênfase dada ao avanço tecnológico atualmente disponível na área médica e ao enfoque prioritário nos procedimentos técnicos da Enfermagem — que, é claro, devem ser corretos — podem dar ao estudante a ilusão de que algum dia a morte poderá ser superada. Porém, na prática dos serviços de urgência e emergência, o contato com a morte é diário e, muitas vezes, os profissionais não estão adequadamente preparados para tal realidade.

FATOS E PERSONAGENS

Depoimento – Ana Maria Jacó

Trajatória e identificação com a Psicologia Social e com a história da Psicologia brasileira

A psicóloga, pesquisadora e professora Ana Maria Jacó conta aqui o seu encontro com a Psicologia, e o caminho percorrido desde então. Além do memorial descrito neste periódico, a entrevista por ela concedida ao *Jornal do Psicólogo* está disponível no site do Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais: <www.crpmg.org.br>.

A DESCOBERTA

Formei-me em Psicologia pela UFMG em 1972, período de fechamento político no país e, de forma aparentemente contraditória, de efervescência da Psicologia Social naquela universidade, tendo em vista o trabalho de Celio Garcia (criando o “Setor de Psicologia Social”) e as contribuições trazidas por Georges Lapassade em sua primeira visita ao Brasil.

Desde o início de minha formação fui influenciada pelo pensamento europeu, notadamente por sua vertente psicossociológica. Em meu Mestrado em Psicologia Social, na Fundação Getúlio Vargas, a ênfase principal situava-se em Epistemologia e em Fenomenologia, com uma perspectiva interdisciplinar na Psicologia Social. Pude, ainda, aprofundar e sistematizar meus conhecimentos sobre a Psicologia Social cognitiva e sobre a “crise de relevância”.

Neste contexto, conheci os trabalhos de Rom Harré e de Paul Secord, além do artigo “Social Psychology as History”, de Kenneth Gergen¹, o qual, desconstruindo a possibilidade de uma estabilidade do conhecimento psicológico, eliminou o universalismo a que se propunha a Psicologia e me sugeriu formas pouco conhecidas de discutir e trabalhar a Psicologia Social, além de apontar sua proximidade com a História.

O ENCONTRO COM OUTROS SABERES

Por esta época, comecei a lecionar em universidades, procurando centrar o magistério em Psicologia Social. Em 1980, por meio de concurso público, ingressei na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), na qual estou lotada no Departamento de Psicologia Social e Institucional.

Lecionando e convivendo com colegas da Universidade Santa Úrsula e da UERJ conheci novas proposições como a filosofia de Michel Foucault, o pensamento institucionalista de René Lourau, Georges Lapassade e René Barbier, a sociologia de Pierre Bourdieu, a história da saúde mental de Robert Castel, a desospitalização operada por Franco Basaglia na Itália. Essa renovação de conteúdos e programas propor-

cionou-me a orientação de monografias e o desenvolvimento de pesquisas com alunos sobre temáticas do cotidiano profissional quase ausentes dos currículos e dos conteúdos programáticos dos cursos de Psicologia.

A INQUIETUDE COM A FORMAÇÃO

A preocupação com a formação de psicólogos, que vinha apresentando um cunho essencialista, individualista e intimista, seguindo o modelo da prática liberal, voltada para a atuação quase que exclusiva em consultório particular, foi um estímulo para que eu enfocasse esse tema em minha tese de Doutorado na USP. Com a construção desta tese, meu interesse pela História da Psicologia no Brasil fez-se presente. A discussão acerca da formação, a busca pela compreensão teórica para os dados encontrados, favoreceu a minha aproximação com o pensamento antropológico voltado para os saberes psicológicos. Antropologia e História uniram-se quando fui convidada a participar de um grupo de pesquisa do Museu Nacional da UFRJ, em cujo Projeto Integrado (CNPq), intitulado *Institucionalização dos saberes psicológicos no Brasil: uma contribuição antropológica à concepção moderna de pessoa*, atuei durante seis anos na vertente relativa ao surgimento, autonomização e consolidação da Psicologia no Brasil.

Esta foi uma excelente oportunidade para conhecer mais de perto o pensamento de Louis Dumont e de uma gama de antropólogos brasileiros que me permitiu constituir um campo de estudos teóricos acerca da gênese das categorias indivíduo e sociedade, categorias mestras da Psicologia Social, campo que tem me auxiliado em investigações sobre a construção do saber psicológico brasileiro.

A APROXIMAÇÃO COM O CFP

A investigação sobre a Psicologia no Brasil possibilitou minha aproximação com o Conselho Federal de Psicologia (CFP), que pretendia resgatar a história dessa Psicologia. Participei da gestão do XI Plenário do CFP (1999/2001) e coordenei o projeto *Memória da Psicologia Brasileira*. Estabelecemos uma parceria com o GT de História da Psicologia da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP). Conseguimos, dentre outros resultados de caráter mais pontual², editar o *Dicionário biográfico da Psicologia no Brasil: pioneiros*³, com 210 verbetes coletados pelos pes-



Arquivo pessoal / Ana Jacó

quisadores do GT e onze volumes da coleção *Pioneiros da Psicologia Brasileira*⁴, além de outros três volumes para a coleção *Clássicos da Psicologia Brasileira*.

A UNIÃO DAS “DUAS PSICOLOGIAS”

Minha atuação na UERJ representa estas duas frentes: Psicologia Social e História da Psicologia no Brasil. Constituí o *Programa de Estudos e Pesquisas em História da Psicologia Clio-Psyche*⁵, no qual, além de pesquisas com bolsistas de iniciação científica, realizamos inúmeras atividades como a organização de um acervo de História da Psicologia e a orientação de mestrados e doutorandos do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do qual sou pesquisadora.

MALA DIRETA POSTAL
9912210641-ECT-DR/MG
Conselho Regional de Psicologia
... CORREIOS ...



CONSELHO
REGIONAL DE
PSICOLOGIA DE
MINAS GERAIS
Rua Timbiras, 1532, 6º andar
Lourdes - CEP: 30140-061
Belo Horizonte - Minas Gerais

¹ GERGEN, Kenneth J. Social Psychology as History. *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 26, n. 2, p. 309-320, May 1973.

² Como, por exemplo, a confecção e a distribuição, por todo o país, de um cartaz com uma “linha do tempo” assinalando os principais acontecimentos relativos à Psicologia no Brasil nos últimos 100 anos; cartaz que muito me emociona ao vê-lo em paredes das mais diferentes universidades brasileiras, pois parece-me que este “fixar nas paredes” significa que os psicólogos veem ali uma demonstração de seu solo, de que não surgiram “de repente” e nem tão “anteontem”, mas têm uma história já centenária.

³ CAMPOS, Regina Helena de Freitas et al. (Org.). *Dicionário biográfico da Psicologia no Brasil: pioneiros*. Rio de Janeiro; Brasília: Imago; CFP, 2001.

⁴ Volumes editados em coedição entre as editoras Imago e CFP.

⁵ Site: <www.cliopsyche.uerj.br>.

VII CONGRESSO REGIONAL DA PSICOLOGIA

VII COREP reflete empenho da categoria na aprovação de 165 teses

Com o tema “Psicologia e compromisso com a promoção de direitos: um projeto ético-político para a profissão”, psicólogos de todo o Estado reuniram-se durante três dias para analisar e aprimorar as teses encaminhadas ao VII Congresso Regional da Psicologia (VII COREP). O resultado dos intensos trabalhos se deu na aprovação de 165 das 188 teses apreciadas e na eleição de 19 delegados para o VII Congresso Nacional da Psicologia (VII CNP).

O Congresso ocorreu de 23 a 25 de abril, no Hotel Tauá, em Roças Novas, distrito de Caeté. Compareceram ao evento 205 pessoas, dentre elas 170 delegados, 11 estudantes, cinco convidados e quatro observadores. Nesta edição do COREP em Minas Gerais houve uma inovação, os seis Grupos de Trabalho não foram divididos por eixo — para tornar o processo mais democrático todos os GTs discutiram teses dos três eixos: “Aperfeiçoamento democrático do Sistema Conselhos” (eixo 1), “Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional” (eixo 2) e “Diálogo com a sociedade e com o Estado” (eixo 3). Das 188 teses apresentadas, 144 foram alteradas, 23 rejeitadas e 21 aprovadas sem alteração.

ELEIÇÃO DE DELEGADOS PARA O VII CNP – Na votação do Regimento Interno do VII COREP, no sábado, 24/04, a Plenária decidiu que a votação não seria individual, e sim por grupo. Dois grupos foram apresentados: o Grupo 1 “Movimento para cuidar da profissão” obteve 25% dos votos e o Grupo 2 “Caminhar Psi: ciência, profissão e direitos humanos” obteve 75% dos votos. Proporcionalmente o Grupo 1 elegeu cinco representantes e o Grupo 2 elegeu 14. Portanto, 19 psicólogos

representaram Minas Gerais no VII CNP. Os representantes dos estudantes elegeram, em reunião realizada no domingo, 25/04, um delegado e um suplente para o VII CNP.

ABERTURA – A abertura solene do VII COREP contou com uma Mesa composta pelo presidente do Conselho Regional de Psicologia, Rogério de Oliveira Silva, pelo presidente do Conselho Federal de Psicologia, Humberto Verona e pela secretária de Saúde do município de Betim, a psicóloga Conceição Rezende, representando naquele ato a prefeita de Betim, a psicóloga Maria do Carmo Lara. O presidente do CRP-MG disse que o VII COREP é a coroação de um trabalho desenvolvido durante meses com a participação efetiva da categoria e com o apoio incondicional das subseções. Para Rogério Oliveira, os debates ocorridos no VII COREP são de suma importância para a Psicologia no seu diálogo com a sociedade brasileira, para construir referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional, além do aperfeiçoamento do processo democrático dentro do Sistema Conselhos.

“Temos um país que está se desenvolvendo economicamente, porém, infelizmente, ainda não resolveu o problema da inclusão social e da redução das desigualdades. Desigualdades essas que os psicólogos brasileiros, nos últimos anos, tem se colocado não apenas como coadjuvantes no processo das políticas públicas e na implementação de ações visando a redução das desigualdades mas, acima de tudo, como protagonistas destas políticas. A Psicologia tem se colocado à frente de projetos da Luta Antimanicomial, da inclusão das pessoas com deficiência, da assistência social. Não podemos deixar de citar o Sistema

Único de Assistência Social (SUAS), que é uma proposta ousada que ainda não se tornou uma política pública efetiva porque é uma proposta de Governo. Enquanto não for aprovado o Projeto de Lei nº 3.077/08 que garanta o seu funcionamento pleno não teremos uma proposta de política pública. E lá está a Psicologia nos CRAS e em todos os aparelhos cumprindo o seu papel enquanto protagonistas”, emocionou-se o presidente do CRP-MG durante a abertura do VII COREP. Segundo Conceição Rezende, o COREP é um espaço de reflexão propício para estabelecer caminhos para debater a questão da promoção de direitos a partir do saber do psicólogo, a partir das práticas do psicólogo. “Temos percebido nos últimos tempos como a Psicologia contribuiu para melhorar a qualidade de vida das pessoas no país. Uma das coisas mais importantes é a inclusão das pessoas com sofrimento mental e das pessoas com deficiência por meio de políticas sociais. O Brasil vem sofrendo uma transformação imensa e o psicólogo tem feito parte disso, principalmente nas políticas públicas”.



Mesa de abertura: Humberto Verona, presidente do CFP, Rogério Oliveira, presidente do CRP-MG e Conceição Rezende, secretária de saúde do município de Betim



Delegados votam teses na plenária final do VII COREP



Mesa diretora da plenária: Thiago Augusto Campos Horta, José de Almeida Guedes e Georgina Vêras Motta

VII CONGRESSO REGIONAL DA PSICOLOGIA

José Leon Crochík ministra conferência de abertura do VII COREP

Utilizando o tema do VII Congresso Regional da Psicologia (VII COREP), “Psicologia e compromisso com a promoção de direitos: um projeto ético-político para a profissão”, o psicólogo José Leon Crochík ministra a conferência de abertura do Congresso. Confirma a conferência em quase sua totalidade:

Boa noite a todos e todas. Gostaria de agradecer o convite do Conselho Regional Psicologia de Minas Gerais (CRP-MG). É um prazer imenso estar aqui e é um prazer ainda maior por ser uma celebração da democracia a reunião de uma categoria para discutir livre e democraticamente a pluralidade da Psicologia, que abriga diversas práticas, correntes teóricas e perspectivas, além de pensar estratégias e fins para que objetivos importantes da sociedade brasileira e mundial sejam atingidos.

POLÍTICA E ÉTICA

Eu penso sempre a questão da política e da ética dentro e fora da Psicologia, considerando que nossa sociedade é contraditória. Sua progressão é clara mas, por ser contraditória, a sociedade não progride como deveria. Nossa sociedade também regride, e não é casual que, à medida que avança, assista ainda a tanta violência e violências, algumas inesperadas, marcantes. A política em si mesma é e pode ser ética, visando o bem-estar e uma vida digna para todos. Portanto, poder lutar politicamente e eticamente significa poder lutar pela vida digna.

A ética e a política dentro de uma sociedade contraditória têm de ser pensadas em seus limites. Pensar nos limites é pensar criticamente. O termo *crítica* vem de *crisis* e significa, eventualmente, *limites*. Ou seja, apontamos limites para eles possam ser superados. A crítica não significa jogar fora o que é criticado, e sim ver em que podemos avançar.

Há uma menção no *Terceiro manuscrito econômico-filosófico* de Marx que indica essa limitação da felicidade, da liberdade do homem na sociedade capitalista. Diz Marx: “A quem devemos obedecer? À senhora religião, à senhora igreja, que nos pede para sermos solidários, amigos, fraternos com os outros, ou à senhora economia, que nos diz para puxar o tapete do outro para poder sobreviver?” Não há dúvidas que temos de sobreviver e, portanto, em grande parte, é a economia quem vence, a necessidade vence os ideais.

Para delimitar um pouco esse elemento, baseamo-nos em Walter Benjamin: “A esperança está nos desesperançados, naqueles que

não têm mais esperança”. Enquanto houver esperança será possível gerar liberdade. A crítica, sobretudo, deve ser social. A sociedade deve se desenvolver e superar suas contradições. Os psicólogos, assim como os outros profissionais, devem colaborar para isso fazendo, entre outras coisas, a própria crítica. Como em todas as profissões, se a sociedade é contraditória a profissão também o é, porque não age somente em função da liberdade.

OS CONSELHOS E A SOCIEDADE

Ao pensar a questão do compromisso político, ético, com os direitos humanos, e ainda mais para uma reunião proposta por conselhos profissionais como é o caso do CRP — e isso vale para todos os conselhos —, a primeira lembrança clara é que o conselho é preposto do Estado. Se os conselhos são compostos por psicólogos, no caso da Psicologia, são os psicólogos quem devem atuar visando o bem-estar social. Obviamente isso significa apoiar e indicar a própria Psicologia para a sociedade, visando, sobretudo, os interesses desta. Pensar a sociedade com o conselho é poder verificar efetivamente o que é mais adequado, o que é melhor para sociedade, o que garanta o desenvolvimento social e não necessariamente o interesse específico da categoria.

Dentro desta lógica, outro elemento interessante é a desigualdade social existente no Brasil. Uma das lutas que precisamos travar é para que os serviços públicos tenham a mesma excelência que os privados.

PRECONCEITOS

Não cabe à Psicologia fortalecer preconceitos existentes nem gerar novos preconceitos. Um avanço que tivemos foi a questão dirigida a própria clínica, ao consultório, no que diz respeito aos homossexuais. O argumento da categoria é dizer que homossexuais não podem ser discriminados, que a homossexualidade ou o homoerotismo não pode ser considerando doença. Esse é um avanço importante, que traz uma importante discussão profissional. É claro que temos vertentes teóricas que ajudam a explicar o porquê da escolha sexual. É próprio da Psicologia gerar uma série de explicações que reduzem aquilo que é de outra ordem, *social*, a uma questão que vem a ser pensada enquanto *psicológica*.

Entendo que o indivíduo é o objeto de excelência da Psicologia. Ele é produto social, só podemos entendê-lo dentro da história

da sociedade. Entender o indivíduo à parte da sociedade, como se tivesse essência própria, é negar essa determinação sócio-histórica. Dizer que o indivíduo é historicamente determinado não significa dizer que ele é diferente a cada momento. Significa dizer que o projeto histórico da nossa sociedade faz com que o indivíduo seja cada vez mais possível. Dizer que existe hoje o indivíduo é favorecer a ideia da ideologia como falsa consciência, nos termos marxianos.

Nós psicólogos trabalhamos com o conceito de que o próprio objeto é fruto da ideologia quando considerado que o indivíduo é mesmo e não caricatura. Considerar a possibilidade de liberdade e felicidade do indivíduo nos dias de hoje é limitar aquilo que ele poderia ser. É trabalhar pela conservação. Neste sentido, entendo que a Psicologia, se quiser ser crítica, deve criticar a si mesma. Não obviamente para eliminar o saber psicológico, pois este é fundamental, mas visando entender os próprios limites para que seja possível avançar.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Um dos vértices do movimento da inclusão é a educação inclusiva. Tenho estudado esse elemento nas escolas em São Paulo. Vejamos um dado empírico. Na escola em que trabalhamos com alunos de 4ª e 5ª séries, observamos três considerados em situação de inclusão. Um tem Síndrome de Down, outro é diagnosticado como autista e o terceiro, não se sabe muito bem, como em geral não se sabe, dizem ter Síndrome de Golden. Ao que parece, essa síndrome é não conseguir manter a memória imediata, ou seja, ele sempre deve estar reaprendendo. Fizemos diversas observações e entrevistas, aplicamos ocioogramas e no final parecia que, dos três estudantes em situação de inclusão, o mais incluído era aquele com Síndrome de Down. Todo mundo o tratava bem, estava sempre no grupo, recebia ajuda, era querido por professores e colegas. Houve uma observação ou outra que demonstrou certa hostilidade, mas no geral era bem aceito. E o que tem Síndrome de Golden, curiosamente, é daqueles alunos que de tanto procurar agradar acaba por se tornar desagradável. E como a diferença dele para os outros era muito pequena, acabava sendo agredido e colocado para fora.

Realizamos uma discussão sobre essa coleta de dados no nosso grupo. À primeira vista parecia que o menino com Síndrome de Down estaria mais incluído que aquele com Síndrome de Golden, mas é o contrário. O que

VII CONGRESSO REGIONAL DA PSICOLOGIA

é tratado bem, na verdade, é tolerado, pois aparece *diferente* aos demais que fazem parte do grupo. Ele simplesmente está lá. Já o outro é posto para fora por ser considerado mais próximo dos colegas. Ele é mais incluído exatamente por ser mais hostilizado, pois é visto como um *igual*.

Essa situação levanta questões em relação à educação inclusiva, à qual nós somos francamente favoráveis, lutamos por ela e esperamos que não retroceda. Mas também mostra alguns limites sociais aos quais devemos ficar atentos. A tolerância não é o tipo de "inclusão" que pretendemos almejar. Enquanto a sociedade for competitiva, nos jogar uns contra os outros, dificilmente teremos inclusão. O que não significa que não se deva lutar por esta conquista. Porém, achar que a inclusão é possível plenamente em nossa sociedade é fortalecer a ideologia e a falsa consciência.

Essas lutas são fundamentais, mas em hipótese alguma nessa sociedade elas podem ser plenamente exitosas, e esse é um limite fundamental para que prossigamos.

A crítica que quero estabelecer fundamentalmente é que, quando a Psicologia reduz as explicações e ação de fenômenos que tenham determinação social, a categoria psicológica acaba gerando preconceito e falsa consciência.

PSICOLOGIA CLÍNICA

Aparentemente a área considerada mais nobre na Psicologia é a clínica, pelo menos o era épocas atrás. Agora, a Psicologia comunitária ocupa lugar de destaque. Se considerarmos que os problemas ouvidos na clínica são oriundos do indivíduo e não da sociedade, que leva o indivíduo a desenvolver seus problemas, neuroses, dificuldades, estaremos eliminando uma determinação fundamental, pois se lidamos só com o psicológico, como os psicanalistas gostam de dizer, lidamos com os sintomas.

Dentre os autores que gosto de estudar está Theodor Adorno, que diz que no momento que se dá alta na psicoterapia o indivíduo adoece. O indivíduo sai da alta consciente que o problema é dele, quando na verdade ele é gerado por outra esfera.

Walter Benjamim, no texto *Sobre alguns temas em Baudelaire*, afirma que o indivíduo só pode ser circunscrito, como a Psicanálise propõe, a partir de um inconsciente consciente. O século 19 é propício para o objeto da Psicanálise. O século 20 não mais. O nosso objeto, do século 19 para o século 21, regressou. Na medida em que a sociedade se torna mais organizada, administrada, o indivíduo não progride. Charles Baudelaire, poeta mal-

dito das *Flores do Mal*, nos meados do século 19, para poder divulgar sua obra, sabia que o público existente não era mais sensível à poesia lírica, porque o sujeito sensível ao lirismo tem de se entregar ao objeto, tem de estar atento a algo que não seja a si mesmo. Naquela época o indivíduo era melancólico e, portanto, a poesia deveria tratar de temas que gerassem sensibilidade no leitor. Baudelaire tenta romper a insensibilidade dos leitores por meio de choques.

Em *Além do princípio do prazer*, Benjamim utiliza o conceito de escudo de Freud para dizer que aquilo que nos fere não vem só de dentro do organismo, mas também de fora. A estimulação é muito intensa e, se não tivermos alguma proteção, não aguentaremos. Uma parte da consciência se torna inorgânica e rejeitamos boa parte da estimulação que vem de fora. A ansiedade estaria presente para impedir que os estímulos que geram choque possam entrar. Quando a ansiedade não está presente o choque penetra, gerando o trauma.

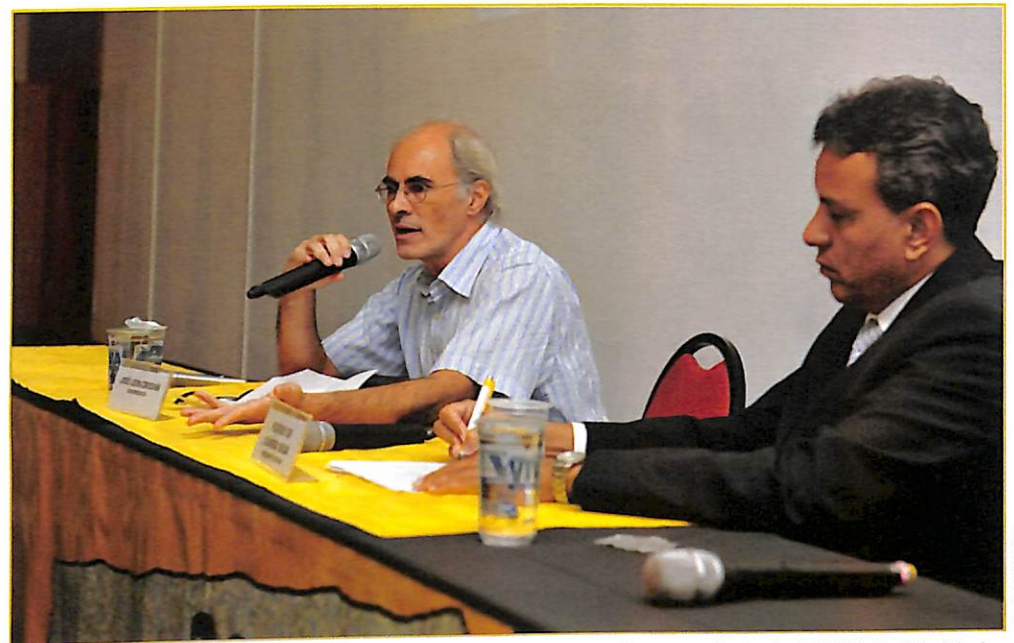
A base da vivência é o choque, diversas experiências, diversos estímulos que não penetram o indivíduo, não deixam marca. Nas grandes cidades a experiência coletiva foi se perdendo e passa a restar a que é uniforme. A vivência, experiência empobrecida, toma o lugar da experiência. A partir de meados do século 19, portanto, a experiência torna-se difícil de ser vivida, dando lugar à vivência. O indivíduo empobrecido é próprio do século 19. Baudelaire tinha como objetivo quebrar e superar a vivência, mas perdeu a luta. Seu sonho era dar vida ao que não tem vida, à massa, a multidão.

No século 19, século do indivíduo dividido, surge a Psicanálise de Freud, que estuda a

consciência e o inconsciente. Freud lida com o homem do século 19, parcialmente racional, a consciência, mas com a parte do ego um tanto quanto inconsciente. Na passagem do século 19 para o século 20 ou, se preferirem, do capitalismo liberal para os monopólios e oligopólios, nosso objeto, o indivíduo, também se perde. Se antes era possível o indivíduo se constituir, em um termo que Horkheimer e Adorno vêm chamar de *pequena empresa psicológica*, constituída por ego e superego, se do conflito surge a possibilidade, mínima que seja, de liberdade com a sociedade dos monopólios, tal conflito não mais existe.

A consciência moral não mais se forma, os indivíduos voltam-se tendencialmente para fora, são heterodeterminados. Essa dura decisão que o indivíduo deveria tomar agora é influenciada por outras instâncias inclusive corporativas, como sindicatos e meios de comunicação. O século 20 retrata o fim da narrativa, a ausência do diálogo.

José Leon Crochik é psicólogo pela Universidade de São Paulo (USP), mestre em Psicologia Social e doutor em Psicologia Escolar do Desenvolvimento Humano pela USP, e livre-docente em Psicologia no Instituto de Psicologia da USP, onde também exerce o cargo de professor titular na graduação e na pós-graduação do departamento de Psicologia da Aprendizagem do Desenvolvimento e da Personalidade. Tem experiência na área de Psicologia com ênfase na relação entre personalidade e sociedade, atuando principalmente com os seguintes temas: Teoria crítica da sociedade, Psicologia social, Theodor Adorno, Preconceito, Ideologia da sociedade industrial e Educação inclusiva.



O conferencista José Leon Crochik e o presidente do CRP-MG Rogério Oliveira

VII CONGRESSO REGIONAL DA PSICOLOGIA

Coordenadores dos GTs avaliam trabalhos do VII COREP

As 188 teses do caderno enviado pelo CFP, com a junção de todas as propostas encaminhadas pelos CRPs, foram divididas em seis Grupos de Trabalho, ficando quatro com 31 teses e dois com 32 teses. O GT 1 aprovou 25 teses com alterações, rejeitou quatro e aprovou duas sem alterações. O GT 2 aprovou 26 teses com alterações, rejeitou três e aprovou duas sem alterações. O GT 3 aprovou 11 teses com alterações, rejeitou 11 e aprovou nove sem alterações. O GT 4 aprovou 23 teses com alterações, rejeitou quatro e aprovou quatro sem alterações. O GT 5 aprovou 28 teses com alterações e quatro sem alterações. O GT 6 aprovou 31 teses com alterações e uma foi rejeitada.

Para Eliana Torga, coordenadora do GT1, a condução dos trabalhos se deu de maneira tranquila, com a contribuição de todos os presentes. A coordenação e o grupo acordaram a metodologia de trabalho com base no tempo disponível para a tarefa e a quantidade de teses a serem apreciadas. "As discussões ocorreram com bom nível técnico e com importantes contribuições de cunho político. O tempo exíguo para a apreciação das teses impõe um ritmo de trabalho extremamente intenso, o que pode resultar em diminuição das possibilidades de contribuições. Sugerimos a entrega do caderno de teses com antecedência mínima de uma semana para que os delegados possam estudar o material previamente".

A coordenadora do GT2, Georgina Vêras Motta, também achou tranquila a condução dos trabalhos. "Os colegas se mostravam interessados em participar, sendo que os psicólogos do grupo, em sua maioria, atuam nas temáticas abordadas". Georgina, que é Conselheira Secretária do XII Plenário do CRP-MG, ressalta que a experiência em discutir o funcionamento do Sistema Conselhos foi muito bem recebida e tida por alguns como um momento de aprofundamento no conhecimento so-

bre o Sistema. Durante a avaliação das teses o grupo buscou recompor proposições que se perderam no processo de síntese feito pela equipe da COMORG. "Entendemos que recuperamos boas propostas".

Leonardo Finelli, coordenador do GT3, disse que, apesar dos debates sobre pontos polêmicos, foi possível organizar o tempo de modo que todos do grupo expressassem suas opiniões e interpretações. "Assim a apreciação tornou-se um lugar rico para a interlocução e adequação do texto visando o encaminhamento para o CNP e consequente composição do livro de diretrizes de atuação do psicólogo". Segundo Leonardo, as discussões foram ricas, contemplando profissionais de vários campos de atuação, engajados com a atuação profissional e contemplando uma ação eficiente e eficaz do CFP e dos CRPs no sentido de se propor linhas de atuação realísticas, em que os participantes do grupo atuem como multiplicadores e fiscais do cumprimento das propostas debatidas.

Alexandre Rocha, conselheiro do XII Plenário, coordenou o GT4. Ele salientou que o trabalho foi positivo, pois grupo conseguiu produzir bastante se empenhou sobre as teses buscando compreendê-las e sintetizá-las de acordo com o tema proposto. "As teses refletem os anseios da categoria. Porém havia muitas repetidas e outras muito complexas abordando vários temas, o que poderia dificultar o trabalho da Comissão Nacional. As teses precisam chegar ao COREP mais esquematizadas, a fim de otimizar o trabalho", avalia. Ele frisou que as teses aprovadas tendem a contribuir, pois tem relevância para o Sistema Conselhos no que diz respeito à gestão da Psicologia nos próximos três anos.

O conselheiro do XII Plenário, João Carlos Vale, coordenador do GT5, declarou que a organização dos trabalhos foi bem planejada e contou com um apoio técnico muito bom do

Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais (CRP-MG) que ajudou na condução dos trabalhos. "A discussão foi dinâmica produtiva. Os psicólogos do grupo participaram ativamente e se engajaram bastante". Ele explicou que o grupo procurou elaborar as teses da melhor maneira possível para os trabalhos subsequentes no CNP. "Sugiro maior preparação das teses que vieram dos pré-congressos para que o trabalho dos GTs ocorra de maneira mais objetiva".

O coordenador do GT6, José Carlos Meireles, salientou que o grupo estava consciente da sua função e os trabalhos correram num clima de maturidade e respeito nas discussões e nas divergências. "Acredito que a contribuição do grupo na aprovação das teses para o CNP foi importante no sentido valorizar o nosso fazer e também a nossa atuação na profissão. O grupo aprovou as teses que julgaram importantes na questão da diversidade e da nossa atuação quanto psicólogo comprometido".

PRÉ-CONGRESSOS

Finalizados no dia 20 de março, os pré-congressos realizados pelo Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais (CRP-MG) foram antecedidos de eventos preparatórios. As atividades foram realizadas pelo Escritório Central e pelas Subsedes. Os pré-congressos aconteceram em 18 cidades mineiras com a participação de 537 pessoas. As 221 teses apresentadas nos pré-congressos foram votadas por 427 profissionais.

Segundo a Diretoria do CRP-MG, a contribuição dos psicólogos, levando em conta a participação expressiva dos profissionais do interior de Minas Gerais, foi fundamental para a construção de um pensamento coletivo que foi consolidado no VII COREP durante o aprimoramento e votação das propostas.



Elmo ALVES



Elmo ALVES



Elmo ALVES